

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LIZIÊ VARGAS

O EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL NO  
CENÁRIO MEXICANO: CRIMINALIZAÇÃO E DISCURSO POLÍTICO

PORTO ALEGRE  
2009

LIZIÊ VARGAS

O EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL NO  
CENÁRIO MEXICANO: CRIMINALIZAÇÃO E DISCURSO POLÍTICO

Trabalho de conclusão do curso de licenciatura em História apresentado ao departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof. Dr. Claudia Wasserman

Porto Alegre  
2009

## **RESUMO**

O Trabalho de Conclusão de Curso se propõe a analisar de que forma o presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari recebe o Exército Zapatista de Libertação Nacional e seus ideais no ano de seu surgimento. Por meio da análise de nove comunicados oficiais, pronunciados ao longo do ano de 1994, se pretende contextualizar os acontecimentos em torno dos discursos, identificando o caráter de criminalização presente nos pronunciamentos. A partir dessa abordagem, colaborar para a compreensão do cenário social e político mexicano.

Palavras Chave: Exército Zapatista de Libertação Nacional - Carlos Salinas de Gortari - Análise de Discurso político.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CND – Convención Nacional Democrática

EZLN – Ejército Zapatista de Liberación Nacional

FLN - Fuerzas de Liberación Nacional

NAFTA – North American Free Trade Agreement

PAN - Partido Acción Nacional

PRD - Partido de la Revolución Democrática

PRI – Partido Revolucionario Institucional

PEMEX - Petróleos Mexicanos

PRONASOL – Programa Nacional de Solidaridad

TLC – Tratado de libre comércio

## Sumário

<b>Considerações Iniciais.....</b>	<b>05</b>
<b>1. Contextualização e apresentação dos personagens principais.....</b>	<b>09</b>
1.1- Chiapas e seus contrastes .....	09
1.2 – Exército Zapatista de Libertação Nacional .....	13
1.3 - Carlos Salinas de Gortari e o Partido Revolucionário Institucional.....	15
1.4 - “Pobre México. Tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos”.....	18
<b>2. Discursos Políticos .....</b>	<b>22</b>
2.1 - Discurso da teoria. Teoria do discurso.....	22
2.2 – Discurso Político e sua contextualização.....	26
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>33</b>
<b>Referências.....</b>	<b>35</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>39</b>

## Considerações Iniciais

Este movimento para a libertação nacional lutará de comum acordo, por todos os meios e em todos os níveis, para a instauração de um governo de transição, de uma nova constituinte, de uma nova constituição e pela destruição do sistema de partido do estado (EZLN apud GENNARI, 2006, p. 70).

As intenções do Exército Zapatista expostas acima demonstram contrariedade ao sistema político partidário vigente no México e as suas ineficiências. E se propõe a uma forma de resistência que modifique completamente o modo de pensar e estruturar a política do país. Acreditando que as formas de poder político e suas extensões devem ser disseminadas igualmente a toda população.

A problemática discutida nessa pesquisa busca abordar a maneira que esse movimento, esses ideais foram descritos e recebidos pelo presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari no ano do levante Zapatista.

Para essa inferência são discutidos e analisados nove discursos políticos sobre o EZLN proferidos pelo presidente ao longo do ano de noventa e quatro, sendo o primeiro deles em três de janeiro e o último em primeiro de novembro do mesmo ano. Cabe ressaltar que a abordagem da análise discursiva e a sua metodologia se enquadram em uma pesquisa recente, portanto, desenvolvida de forma introdutória.

Os pronunciamentos incluem a compreensão governamental sobre as formas de se pensar a política na prática, e também o entendimento de que por meio dos discursos é construída a realidade oficial a ser expandida. Nesse sentido, os discursos se apresentam como uma importante fonte de pesquisa que auxilia no entendimento da conjuntura política e social existente no México.

O impacto causado pelo surgimento, aos olhos do mundo, de um movimento como o EZLN trouxe efeitos importantes no cenário mexicano. O governo de Salinas de Gortari projeta o movimento e seus integrantes enquanto uma organização ilegal e como causadora das violências no estado em que surgiram não se pronunciando diretamente sobre as acusações do movimento zapatista sobre fraudes, descasos do governo atual<sup>1</sup>, corrupções e da possibilidade de outras formas de governar.

---

<sup>1</sup> Carlos Salinas de Gortari fala sobre a miséria em Chiapas e de um certo esquecimento governamental, mas remete esse descaso a governos anteriores, sem contemplar o seu mandato.

Parte-se do pressuposto que juntamente com a construção do movimento se modificou a percepção social que se tinha dos grupos indígenas existentes, a maneira de se pensar o indígena na sociedade mexicana. “segundo o senso comum da sociedade mexicana, os índios são considerados ignorantes e logicamente influenciáveis, e demonstra que a pergunta imediata e generalizada de quem na verdade estaria “por trás” dos índios zapatistas reforça essa idéia.” (FILHO, 2007, p. 57). Essa perspectiva também aparece nos pronunciamentos de Carlos Salinas de Gortari, quando no primeiro pronunciamento sobre os acontecimentos em Chiapas, afirma que existe a participação estrangeira na articulação do movimento.

Entretanto, os indígenas se apresentaram como sujeitos capazes de reivindicar seus direitos, sua participação política e manter suas formas de organização social e cultural, em contraposição a uma sociedade que historicamente os desvalorizava, minimizava sua existência e mantinha uma invisibilidade para suas demandas sociais.

Ao descrever o contexto de surgimento do EZLN, John Holloway (2001), expõe que a América Latina emergiu em um processo de amargura da história e de falta de otimismo, após os períodos revolucionários das décadas de 60 e 70 e também um certo conformismo, ao se pensar na possibilidade de eleger pacificamente os representantes governamentais, mesmo que isso não signifique grandes mudanças sociais.

Para o autor, os zapatistas, mesmo conhecendo a amargura da história e os processos revolucionários anteriores, surgiram nesse cenário falando sobre dignidade, humanidade e defendendo esses preceitos, concluindo que; “la amargura de la historia no conduce necessariamente a la desilusión. También puede conducir a la rabia, la esperanza y la dignidad” (HOLLOWAY, 2001, p. 173).

Nesse sentido, outras dinâmicas de resistência surgiram contrárias aos ordenamentos neoliberais e às lógicas majoritariamente mercadológicas. As oposições aos meios capitalistas disseminadores das problemáticas sociais mais profundas – desde as questões ambientais, misérias, destruição de meios culturais, preconceitos étnicos, discriminações de gênero e de opções sexuais - emergiram de maneira crescente. Os zapatistas se inseriram nesse contexto mais amplo de contestação ao ordenamento global capitalista, agindo localmente, porém com um alcance global, com reivindicações que se assemelham mundialmente e projetam identificações em todo o mundo.

Holloway aponta que o projeto zapatista é diferente por repensar os conceitos de mudança de estrutura política e de revolução. Trazem a expansão da noção de

revolução, mais além da ilusão estatal, colocado sempre ao centro da mudança radical, e conseqüentemente mais além da ilusão da tomada do poder.

A discussão e exploração de temas recentes, como uma abordagem possível e importante da historiografia, aumentam as dimensões alcançadas pelo historiador e permite a inclusão e a ampliação dos fatos atuais no seu campo de atuação. Segundo Padrós (2004), a abordagem histórica do tempo presente, também vista como uma possibilidade de intervenção remete a necessidade de uma contextualização, dimensionamento e a hierarquização, bem como da inserção dos eventos no processo histórico e sua relação com ele.

Arostegui (2004), em seu capítulo sobre a *hitorización de la experiencia*, expõe a distinção de estudar um objeto que tem como fonte uma história vivida. E a possibilidade de se considerar historicamente o nosso presente, traz conseqüentemente, a discussão e concessão de se atribuir novos significados as nossas próprias vivências.

O autor parte da perspectiva que a historização da experiência deve ser entendida sobre dois enfoques, um subjetivo que faz perceber a própria experiência como história, de forma consciente e formalizada, adquirindo uma nova dimensão e perspectiva. O outro, objetivo expõe a construção física de um discurso historiográfico que reflete sua própria experiência.

La historia del presente es la que tematiza *nuestra* propia experiencia como Historia. [...]la experiencia historizada tiene que ser pública y, como tal, adquirir un sitio en el mundo social cotidiano o mundo común.[...] estamos ante una historia que tiene cada vez el carácter de vivida justamente por sua universalidad. (AROSTEGUI, 2004, p. 183, 186.)

Nesse mesmo sentido para Hobsbawm (2006) a história do “nosso próprio tempo”, que contempla a história individual deve também ser uma experiência coletiva. Em sua abordagem sobre a história do presente o autor discute a diferenciação desta perspectiva histórica que engloba a vivência do próprio historiador como fundamentação para as suas reflexões.

A própria percepção do historiador sobre os marcos históricos tem uma reflexão diferenciada ao ser pensada também enquanto uma experiência de vida. Mesmo que esses marcos se modifiquem, ou não sejam unânimes “até o passado registrado muda à luz da história subsequente.” (HOBSBAWM, 2006, p. 250).

O estudo dos fatos importantes contemporâneos ao historiador remete a uma significativa relação com a sua trajetória individual. Mesmo que tais fatos não sejam



considerados, a posteriori, marcos historiográficos, como apontam os dois autores citados, eles se constituem em acontecimentos importantes na vida de quem os escreve e quem os estuda. Partindo dessa perspectiva, o estudo do movimento zapatista e de toda a análise contextual da história mexicana recente, se constitui em uma temática repleta de inspiração e um tema essencial a ser abordado.

## Contextualização e apresentação dos personagens principais

### 1. Chiapas e seus contrastes.

O estado de Chiapas é o pano de fundo dos acontecimentos políticos: local em que surge o Exército Zapatista de Libertação Nacional e de onde partiram suas reivindicações por modificações estruturais na sociedade mexicana. Chiapas carrega em seu cenário as difíceis condições de vida, sentida mais de perto pelas comunidades índias. Reflexo das políticas neoliberais desenvolvidas no México, a população convive com duas faces distintas da realidade: de um lado a riqueza natural disponível no estado, suas exportações e crescimentos econômicos e de outro a baixa qualidade de vida da maior parte da população.

Chiapas produz importantes quantidades de café, tabaco, milho, gado, madeira, além de deter significativas reservas naturais de petróleo, água e uma vasta diversidade ecológica.

A produção de alimentos em Chiapas reproduz o antigo sistema de priorização da exportação de matérias primas para fora do estado, baseada na exploração do trabalho da população de baixa renda, formada majoritariamente por variadas comunidades indígenas. A produtividade ligada a terra ainda se constitui na principal forma de ganho da população.

Em um estado em que a população total é aproximadamente de 3.584.00<sup>2</sup>; apenas 20 famílias são proprietárias das melhores e maiores terras. No caso dos cafeicultores, 12 % da terra cultivada está nas mãos de 116 grandes produtores<sup>3</sup>, que detém maiores recursos, maquinarias, crédito bancário e infra-estrutura. O restante, dos pequenos e médios cultivadores, possui terras com menos de 5 hectares.<sup>4</sup>

Os Estados Unidos da América é o maior comprador do café mexicano ficando com cerca de 90% da produção cafeeira. A concentração de venda nos Estados Unidos torna a venda do café vulnerável às necessidades de compra desse país e do mercado internacional. No governo de Salinas de Gortari, a venda do café caiu pela metade “o desastre foi resultado da combinação de três elementos diferentes: a queda nos preços

---

<sup>2</sup> Dado do Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática de 1995.

<sup>3</sup> Dados de 1995.

<sup>4</sup> FUSER, 1996, p, 58.

internacionais, a supervalorização da moeda mexicana e a redução da produtividade”. (FUSER, 1996, p. 58).

O gado é outro produto importante do estado, sendo responsável por 9.2% dos bovinos nacionais.<sup>5</sup> No mesmo ritmo do café, a distribuição das propriedades é desigual e favorece os grandes pecuaristas, que detém quase metade das terras do estado para a pecuária.

Apesar da alta produtividade, a população de baixa renda, a maioria, não é beneficiada com essa produção, tanto que o consumo de carne dos chiapanecos é baixo. O outro dado significativo é o início de importação de gado vindo dos Estados Unidos, apesar das condições e produção necessária existente dentro do próprio país, apontando o interesse dos dois governos em manter afinadas suas relações de compra e venda e já demonstrando a superioridade dos Estados Unidos em colocar as suas demandas como prioridades comerciais.

O México em 1994 ocupa a sexta posição em produção dentre os produtores mundiais de petróleo, nesse contexto, Chiapas é um contribuinte importante para esse posicionamento do país como um dos maiores produtores mundiais. As informações a respeito do petróleo chiapaneco e suas mais recentes descobertas tem sido obscuras. Os autores Andrés Barreda e Rolando Espinosa apontam para uma grande investida do estado nessa região e uma minimização na divulgação das descobertas petrolíferas desde a década de 70.

A partir de diversas fontes os autores elaboram mapas do petróleo na zona de conflito: as evidências científicas da riqueza sob as comunidades zapatistas no norte, no centro e no sul da selva Lacandona. Manchas petrolíferas, poços em exploração e comunidades zapatistas partilham espaço em uma região onde a presença da força pública cresce a cada dia (BARREDA; ESPINOSA, 1999, p. 141).<sup>6</sup>

Dessa forma, Chiapas se configura em uma região em constante vigilância governamental, importante por seus recursos e território estratégicos – faz divisa com a Guatemala e possui saída para o Oceano Pacífico- e ainda cenário de eclosão de um movimento social.

---

<sup>5</sup> CECEÑA, Ana Esther; BARREDA, Andrés, 1995.

<sup>6</sup> BARREDA, Andrés; ESPINOSA, Rolando. “O petróleo que não existia” In: BUENROSTO, Alejandro. Chiapas Construindo a esperança. São Paulo: Paz e terra, 2002.

Somados a esse contexto, temos as imensas dificuldades sociais e econômicas de Chiapas, paralelamente a esse perfil de grande produtor e exportador, o estado reproduz uma dura realidade social.

Cerca de um terço da população do estado é de origem indígena, divididos principalmente entre *Tzeltal, Tzotzil, Chol, Tojolabal, Zoque, Kanjobal e Mame*. Destes, uma terça parte fala somente a sua língua materna. Após mais de quinhentos anos de, expropriações, explorações, submissões por que passaram essas comunidades indígenas ainda lutam contra uma realidade de preconceito e segregação étnica.

El racismo permite – lo há hecho durante 500 años- justificar los marcados contrastes sociales existentes y remite a condición natural o a diferencia cultural la miséria y la ignorância en las que se há sumido a las poblaciones indígenas, cuando en verdad esa ignorancia, traducida en analfabetismo o incapacidad para asimilar las propuestas culturales ajenas, así como también para desarrollar la propia, es justamente parte de la política de segregación que tan cuidadosamente se há mantenido en el estado para conservar a esta población como fuerza de trabajo cautiva (CECEÑA; BARREDA, 1995).

O racismo determina as desigualdades econômicas de Chiapas, na medida em que justifica as condições precárias dos indígenas e na mesma proporção nega seus direitos. Por causa deste contexto, existe um histórico de organizações indígenas de resistência, o Poder Estatal, contrário a essas movimentações sociais reage com o uso indiscriminado da força e da repressão. Antes mesmo da insurgência zapatista, integrantes de movimentos e organizações sociais foram mortos, tornados presos políticos e a população submetida ao uso repressivo do aparelho do estado. Casanova expõe:

De 1974 a 1987 se cuentan 982 líderes asesinados tan sólo en una parte de la región indígena de Chiapas; mil 84 campesinos detenidos sin bases legales; 379 heridos de gravedad; 505 secuestrados o torturados; 334 desaparecidos; 38 mujeres violadas; miles de expulsados de sus casas y sus tierras; 89 poblados que sufrieron quemas de viviendas y destrucción de cultivos (CASANOVA apud AGOSTO, 2005, p. 11).

O estado possui altos índices de marginalização da população índia, bem como situações de miserabilidade, a elevada mortalidade ainda está relacionada a problemas graves de desnutrição, infecções intestinais, parasitas, falta de saneamento. Outras doenças já controladas em outras partes do país ainda são causas de mortes nessa zona, como o sarampo, juntamente, se tem a alta mortalidade infantil e a mais baixa expectativa de vida do México, problemas de saúde relacionados à precária condição de vida. Os atendimentos médicos na região são escassos, bem como, as obras de

saneamento, drenagem da água, eletricidade, entre outras medidas básicas de segurança e saúde pública.

A realidade de Chiapas aponta para o total descaso governamental, a invisibilidade desses povos para o estado e suas políticas, o completo afastamento da possibilidade de desfrutar das suas riquezas da terra, de condições saudáveis e básicas de vida. É nesse contexto que o Exército Zapatista de Libertação Nacional emergiu para apontar essas problemáticas existentes e acima disso para reivindicar participação política e uma reformulação no modelo político vigente.

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarnos que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin inportales que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos. Pero Nosotros HOY DECIMOS ¡BASTA![...] (EZLN, 1994)<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Trecho da Primeira declaração da Selva de Lacandona.

## 1.2 Exército Zapatista de Libertação Nacional.

A formação do movimento zapatista está relacionada com outro movimento iniciado nos fins da década de sessenta. As *Fuerzas de Liberación Nacional* surgiram influenciadas pela Revolução Cubana e pelo contexto de difusão do socialismo, embasando suas lutas na instauração de um governo socialista no México, com o auxílio de um exército popular.

Em 1983, o cercamento de integrantes das FLN em torno das comunidades indígenas de Chiapas originou o EZLN. Os preceitos do movimento zapatista e sua fundamentação oriundos dessa fusão mesclaram a organização de um movimento de guerrilha com a organização social de comunidades indígenas de diferentes etnias *Maias*.

O movimento, repleto de complexidades e de diferenças culturais, passou por diversas alterações em sua linha de ação e de pensamento até se concretizar no neozapatismo verificado no ano do levante em 1994. “Nuestra cuadrada concepción del mundo y de La revolución quedo bastante abollada em La confrontación com La realidad indígena chiapaneca”<sup>8</sup>

Em noventa e quatro o EZLN trouxe diferentes significados para a concepção de poder e de democracia usufruída pelos grupos políticos partidários do México. Segundo Holloway os zapatistas surgiram “como gente préhistorica saliendo de sus cuevas, hablando de dignidad y humanidad” (HOLLOWAY, 2001, p.172). Os cargos ocupados no movimento estão sob a orientação do preceito “mandar obedecendo” em que devem prevalecer as vontades da comunidade em detrimento do individualismo. Os representantes instituídos podem ser retirados da função a qualquer momento, desde que não operem de acordo com as demandas sociais expostas. A função de subcomandante não congrega privilégios, mas trabalho e comprometimento com a sociedade.

Da mesma forma os zapatistas proliferaram a idéia de que a partir do momento que o governo não atua de acordo com as demandas populacionais, e que esses representantes não procedem de acordo com o que a maioria necessita eles devem ser retirados do cargo. A interpretação do conceito de democracia inclui a possibilidade da maioria da população modificar as suas leis e todo o seu aparato político quando for necessário.

---

<sup>8</sup> Subcomandante insurgente Marcos, apud MEJIA, 2007, p 152.

A representatividade dos governantes mexicanos é diretamente questionada no movimento zapatista, pois o presidente mexicano, assim como o Governo do Estado e todo o seu aparato de senadores, deputados, etc. governam aos olhos do movimento, em favor não da maioria da população de fato, mas em favor do grupo mais poderoso, tornando-se um “mau governo” e um governo ilegal. A participação política reivindicada pelo EZLN, não requer a tomada de poder nessa estrutura política existente, mas passa pela necessidade de rever todo o sistema político mexicano, e para que ele passe a vigorar orientado pelas necessidades de toda população.

A presença marcante dos grupos indígenas dentro do movimento não minimizou a organização zapatista em uma organização que reivindica argumentos étnicos, ou que busque uma composição social puramente indígena no México, o que pretendem é a inserção dessas comunidades como parte integrante do país, de forma igualitária (FILHO, 2007). Prezando pelos ideais de liberdades e justiça, incluíram em suas perspectivas de mudanças e espaços para as demais demandas atuais da sociedade, as lutas raciais, das mulheres, dos homossexuais.

As proposições zapatistas, buscando dignidade, visibilidade social, qualidade de vida tomaram rapidamente o cenário internacional pela sua prática de divulgação através da internet. A luta travada através da palavra e da divulgação das suas propostas tirou o EZLN de um contexto local e tornou o movimento mundialmente conhecido.

Dentro de uma conjuntura de reivindicações anti-sistemicas, anti-liberais as palavras zapatistas receberam identificações e apoiadores ao redor do mundo. O que colocou o Governo de Salinas de Gortari em uma situação mais delicada de ação repressiva contra os neozapatistas, pois o mundo inteiro tomou conhecimento dos indígenas de Chiapas e de sua existência.

No fim de 1993, quando as comunidades optaram pela guerra, se formou um Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, que assumiu autoria de diversos comunicados com a sociedade civil e o Governo Salinas de Gortari.

### **1.3. Carlos Salinas de Gortari e o Partido Revolucionário Institucional.**

Carlos Salinas de Gortari nasceu em berço de ouro no México, filho de político – seu pai foi ministro do comércio no governo de Adolfo Lopes Mateos- cursou doutorado em uma das mais consagradas universidades do mundo, Harvard, iniciou sua carreira política no mandato de Miguel de La Madri, onde chegou a exercer a função de ministro da fazenda.

Sua campanha política nas eleições de 1988 pautou-se na grande promessa de modernização do México, a partir de seu cargo de Ministro da Fazenda foi o responsável por implementar políticas neoliberais no país.

Na campanha de 1988, entrou como candidato do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Partido que regia a política mexicana desde a fundação do partido em 1929, quando ainda se chamava Partido Nacional Revolucionário. O nome do partido mudaria ainda para Partido da Revolução Mexicana e, finalmente, em 1946 para Partido Revolucionário Institucional (PRI).

O México passou desde o final da década de 20 sem ditaduras, muito diferente de outras partes da América Latina. Nesse espaço de tempo não conheceu um golpe de estado, nem grandes alterações de sua linha política partidária. As origens para essa base concreta de sustentabilidade remete ao período pós-revolucionário mexicano, no início do século XX. O governo que surgiu no contexto convulsionado, posterior a *Revolução Mexicana*, se comprometeu a (re)construir o cenário deixado e lutar pelas reivindicações levantadas; contra as desigualdades, a exploração trabalhista, o acúmulo de terra.

A partir dessa configuração, o estabelecimento do sistema político implementado pautou-se na concessão de direitos extralegais ao executivo, transformando o presidente no centro do sistema político, e em uma linha “que no es dictatorial, pero tampoco democrático”(MUNOZ, 2008, p. 17). A fortificação desse regime pautou-se no apoio social de trabalhadores, burocratas, camponeses - na expectativa colocada de modernização do país através desse sistema - e ainda a relação de lealdade entre os meios de comunicação e o governo, também originados nessa época, se revelando em um importante elemento de manutenção da força estatal.

As conquistas da Revolução Mexicana determinaram a promulgação da Constituição em 1917 formulada com a inclusão de reivindicações de trabalhadores e da necessidade de reforma agrária, além das nacionalizações que ocorreram até a década de



40; das minas, das ferrovias, a criação da PEMEX. Foi nesse período, posterior aos acontecimentos de 1917, que iniciou o sentimento de anti-americanização em resposta as ações expansionistas e neoliberais desse país.

Contudo, o não cumprimento efetivo de todas as mudanças pautadas na Revolução Mexicana, a propagou em certas linhas da historiografia como uma revolução inacabada, construindo o contexto para o reclamo das demais proposições não contempladas na prática pelas políticas anteriores. A identificação do EZLN com as proposições da revolução e mais precisamente pela figura de Emiliano Zapata se inseriu nesse contexto de memorização desse processo importante na história do México.

No ano do levante Zapatista, em 1994, o PRI completava 65 anos no poder no país. Otávio Biz (2004) descreveu em seu artigo uma cena do momento da premiação do prêmio Nobel de Literatura em 1990, onde Octavio Paz enalteceu seu país por não ter tido em sessenta anos golpes militares e manter no cargo presidentes eleitos. Em contraponto Mário Vargas Llosa teria retrucado a afirmação ao comentar que o que existia no México era uma “Ditadura Perfeita”, em que se tem a permanência não de uma única figura representativa ou um único homem, mas de um partido. O cenário político mexicano mantinha sua fechada democrática, mas terminava por controlar as eleições, os meios de comunicação, os sindicatos. O presidente possuía ainda um grande poder em suas decisões, é ele quem indicava o seu sucessor, controlava o senado, o setor judiciário e as forças armadas.

Nas eleições presidenciais em 1988 o mais forte concorrente de Carlos Salinas de Gortari, Cuauhtémoc Cárdenas, era o mais popular, dissidente do Partido Revolucionário Institucional, de origem mestiça e como menciona Fuser ele “tem estampado no rosto os inconfundíveis traços indígenas de seus antepassados” (FUSER, 1995, p. 29). Carregando um sobrenome de peso na política mexicana – filho do populista Lázaro Cárdenas – era o grande pretendente a ganhar as eleições.

Entretanto, durante a contagem de votos o “sistema Caiu” quando Cárdenas liderava a eleição com cerca de 5 pontos percentuais na frente de Salinas. Na volta, na recontagem, o final da eleição foi conhecido: 50,4% para Salinas, 30,9% para Cárdenas e 16,7 para Cloutier. Em um município de Chiapas, Comitán, o candidato do governo obteve 97,7 % dos votos válidos (FUSER, 1996, p. 26). Com o resultado divulgado, com o reconhecimento da vitória pelo presidente George Bush, Salinas assumiu, apesar dos descontentamentos dos concorrentes e dos três meses de protestos pela fraude.

Durante o seu Governo Salinas viabilizou práticas neoliberais, privatizou empresas em pontos estratégicos da economia piorando e encarecendo os serviços essenciais e ficou ainda mais próximo dos contratos comerciais com os Estados Unidos- principalmente com o projeto de livre comércio que já estava sendo desenvolvido anteriormente a partir do seu cargo de ministro da fazenda no governo passado. Acabou com o artigo 27 da constituição, um dos mais famosos da história do México por representar a luta travada durante a revolução mexicana de 1910, pela formação dos *Ejidros*, pelo direito a terra. Substitui do cargo 17 governadores de estado, consequência da existência no México de uma dependência dos estados em relação ao governo federal.

O autor Alexander Filho (2007) coloca que a presença do governo federal nos setores políticos estratégicos e essenciais do México dificultou uma mobilização mais forte a partir da base social.

Essa relação muito íntima entre presidente-estado-governo-partido-corporações que se estende por toda sociedade, inviabiliza, ou ao menos dificulta bastante, a aparição de atores sociais autônomos, todavia isso não significa que não aja uma alta participação de indivíduos e setores sociais distintos nos assuntos públicos, mas essa participação se dá de maneira heterônoma e não autônoma. (FILHO, 2007, p. 26)

A participação de movimentos autônomos ainda esbarrou na forte repressão imposta pelo governo. A violência a todos que se opuseram as práticas governamentais consolidaram ainda mais a característica ditatorial presente nos governos. Somente no governo de Salinas as torturas e mortes de origem política são comparáveis a todo período da ditadura militar brasileira (FUSER, 1996, p. 16).

Dentre os programas de governo de Salinas de Gortari para resolver os problemas sociais expostos no estado de Chiapas estava o Programa Nacional de Solidariedade, o PRONASOL.

O programa, divulgado e apreciado como a maior inovação governamental, visto que trazia vantagens financeiras para a administração pública, economizava em mão de obra e ao mesmo tempo realizava reformas emergenciais da população. O PRONASOL era pautado no oferecimento de verba aos beneficiários que em troca ofereciam a mão de obra para as construções. Em formato de mutirões as comunidades se organizavam para realizar manutenções e obras de caráter público.

Entretanto, seus efeitos na sociedade mexicana se mostraram limitados, sem grandes modificações estruturais nas raízes da pobreza. Atacando primordialmente, e de forma reformista, os efeitos das misérias sociais e não suas origens.

#### 1.4 “Pobre México. Tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos.”

“Um dos maiores objetivos do nosso governo é assegurar que os interesses econômicos norte-americanos possam expandir-se a escala planetária.”  
(ALBRIGHT apud PADRÓS, 1995, p. 150)

A frase atribuída a Porfirio Dias, transformada em dito popular, e a frase da secretária americana de estado Madeleine Albright, se adaptou muito bem ao contexto de conversação para a aprovação do NAFTA entre México e Estados Unidos. Os Estados Unidos como maior ideólogo da política neoliberal percebeu no país vizinho mão-de-obra barateada, a certeza do crescimento de exportação dos seus produtos, sem um custo alto de transporte, visando a exploração de riqueza do solo mexicano e a contenção das ondas migratórias dos mexicanos em direção das regiões norte-americanas.

O histórico das relações entre Estados Unidos e México percorreu várias etapas, desde a negociação diplomática até a intervenção militar. O caráter agressivo e expansionista dos norte-americanos teve sua primeira imposição ao México na guerra de 1846 finalizado com a perda de um terço dos territórios mexicanos.

Segundo a autora Irene Zea Prado (1990) ao final do século XIX o expansionismo deixa de ser territorial para se tornar econômico. No período do porfiriato já ocorriam medidas de controle por parte dos Estados Unidos, buscando controlar setores essenciais mexicanos como; ferrovias, mineradoras, petróleo, entre outras (bancos, seguros). Com o estabelecimento do populismo de Cárdenas alguns setores são retomados e nacionalizados.

A conjuntura de guerra fria traz um caráter de negociação entre os dois países, e uma política de convencimento por parte dos Estados Unidos. Até a década de setenta, outros setores são submetidos a influência norte-americana, como a indústria manufatureira, o comércio e a indústria alimentícia. Sem a ameaça de invasão física, com crescimento interno do México controlado e o prevalecimento da negociação e da diplomacia entre os dois países, paralelamente ocorria um aumento significativo da dependência financeira do México em relação aos Estados Unidos. Prado (1990) expõe que nessa época cerca de 89% do comércio mexicano estava relacionado com o país vizinho e o déficit era suprimido com empréstimos internacionais, conseqüentemente gerando o aumento da dívida externa.

Ao término da década de setenta e início da década de oitenta, com o descobrimento de novas fontes de petróleo no México, o foco norte-americano voltou-se para o país, que percorreu um momento de euforia precedido de uma forte crise econômica.

Dada a interdependência assimétrica que existia entre México y Estados Unidos, cualquier programa que se adoptara para enfrentar la crisis implicaba necesariamente redefinir las relaciones bilaterales entre las dos naciones, que en los últimos tiempos habían alcanzado niveles altisonantes por la actuación de México en la región centroamericana (PRADO, 1990, p. 210).

Em 1988 com a entrada de Salinas na presidência, as proposições governamentais buscaram um redimensionamento na política externa, principalmente com relação aos norte-americanos. Gortari presumiu o desenvolvimento de uma política entre iguais, de maneira uniforme e sem prevaletimentos, negando, portanto a problemática das diferenciações entre os dois lados. O México não saiu ileso com o desenvolvimento dessa prática política pensada por Gortari, longe de se criar um diálogo maduro e igualitário, iniciaram os preparativos para o Tratado de Livre comércio.

O acordo entre Estados Unidos, México e Canadá, estabeleceu uma tarifação reduzida progressivamente até a eliminação total do protecionismo, após dez anos de seu início. Um dos pré-requisitos para a aprovação no congresso americano foi a retirada do artigo 27 da constituição mexicana a respeito das pequenas propriedades, *Ejidots*, para que facilitasse a expansão de terras para grandes empresas e grandes latifúndios.

Com toda a influência do presidente perante os demais poderes do Estado, Carlos Salinas de Gortari conseguiu aprovar facilmente no senado mexicano a proposta do Tratado de Livre Comércio, a revelia das manifestações populares contrárias a aprovação do tratado. A aprovação do senado americano foi um pouco mais demorada. Em 1993 o recém empossado Bill Clinton iniciou a sondagem entre os opositores e apoiadores da proposta no território estadunidense. A população estava contrária, bem como uma boa parte do congresso, entretanto com o apoio fundamental de empresários e diretamente da mídia que alardeou as benfeitorias que a parceria traria para todos, o NAFTA passou no congresso dos Estados Unidos em novembro de 1993.

O presidente mexicano contou com uma alta propaganda internacional do seu governo e de seus projetos. O México aparecia até 1993 como um exemplo a ser

seguido de desenvolvimento econômico e social. As recomendações e aceitações para o NAFTA giram em torno de movimentações financeiras e benefícios econômicos.

Enquanto a elite mexicana previa os benefícios com a oportunidade de compra de mercadorias importadas a preços reduzidos e com o barateamento de viagens internacionais, e enquanto os três chefes de estado previam a grande circulação de produtos, capital financeiro e a alta nas suas respectivas balanças comerciais, os pequenos agricultores de Chiapas previam a impossibilidade de concorrer em produção com as multinacionais. Conseqüentemente, observaram-se sérios agravantes sociais e desigualdades ainda mais profundas, acompanhadas de desemprego e queda dos salários.

O secretário de comércio mexicano saudou a queda dos salários como um incentivo ao investimento estrangeiro. E assim é, junto com a eliminação de postos de trabalho, a coação ao afrouxamento de restrições ambientais da minoria privilegiada. Essas políticas são bem vindas, é claro, para as instituições industriais e financeiras que estendem seu controle sobre a economia global, com a assistência de acordos falsamente rotulados como de “livre mercado. (CHOMSKY, 2006, p. 133)

A entrada de grandes empresas e a modernidade vinda pelos recursos tecnológicos, às novas formas de utilização dos recursos disponíveis no estado são compreendidas, pelo governo, como novas estratégias de modernização do estado e a tão esperada inclusão em uma nova ordem mundial. Entretanto, não se modificou o descaso com as empresas familiares da região ou mesmo com as tentativas das comunidades de preservação da sua cultura. A grande euforia Estatal pela implementação desta “modernização” advinda com as políticas neoliberais deixou em esquecimento todo um histórico de memórias, de formas diferenciadas de organização das comunidades, em nome da padronização dos meios de vida, das línguas e dos costumes.

O neoliberalismo é o paradigma econômico e político que define o nosso tempo. Ele consiste em um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais. (MACCHESNEY, 2006, p. 7)<sup>9</sup>

Os Estados Unidos como o país mais forte do bloco passou a direcionar as importações e exportações de acordo com as suas necessidades internas. Com uma

---

<sup>9</sup> MACCHESNEY, Robert W. “Introdução” In: CHOMSKY, Noam “o Lucro ou as pessoas?”. Rio de Janeiro; Editora Bertrand Brasil, 2006. p.7

tecnologia mais avançada, com os subsídios do governo para os agricultores estadunidenses, produtos de primeira necessidade, como arroz, milho, algodão, entraram no México com um preço menor do que os produtores mexicanos.

Com a situação cada vez mais difícil internamente, os mexicanos assistiram sua possibilidade de entrar no país vizinho cada vez mais suprimida e dificultada, controversamente, o trânsito de pessoas na fronteira dos dois países ficou ainda mais regulado.

Com a entrada do NAFTA, em janeiro de 1994, o México aumentou seu número de exportações para os Estados Unidos, mas também duplicou o número de importações desse país. Com a balança comercial negativa somados as dificuldades causadas pela concorrência externa dentro do país se apontou como resultado dessas políticas intermediadas por Carlos Salinas de Gortari: a quebra financeira do país ao final do ano de 1994, abalando o prestígio e a modernização proposta pelo presidente.

O México precisou ser “socorrido” com a injeção de capital externo, vindo primordialmente dos Estados Unidos. Salinas que sustentou durante todo o seu mandato uma alta popularidade viu seu prestígio se esgotando após o colapso financeiro e com o anúncio interno dos grupos zapatistas, e para reconhecimento também para fora do país, das realidades mexicanas, até então, mascaradas politicamente.

## 2. Discursos Políticos

### 2.1- Teoria do discurso. Discurso da teoria

A questão da interdisciplinaridade é vista como indispensável para a fundamentação da pesquisa, principalmente, na interação com as ciências sociais. O próprio conceito de discurso, inicialmente discutido na lingüística, como expõe Celi Pinto (1989), passou a ser abordado pelas ciências sociais como um importante fenômeno social. Logo o conceito de discurso amplamente discutido nas ciências sociais se entrelaça com as perspectivas históricas e com a contextualização dos períodos abordados nessa pesquisa.

Outro preceito importante, exposto por Celi Pinto (1989), é a sustentação do sujeito social formado, por si só, de discursos já construídos. Desse modo, a figura do presidente mexicano traz consigo inúmeras significações concebidas dentro da sociedade se espera que ele discursar respeitando a lei, a ordem, etc. Nesse caso, o discursador faz uso da sua posição de governante da união, logo, o Presidente da República fala não somente como um indivíduo qualquer, mas discursar imbuído do seu poder de representante máximo da nação.

Michel Foucault (2008), ao abordar o tema do discurso, acrescenta que paralelamente a ele exista uma busca pelo discurso verdadeiro. Essa verdade estaria presente, assim como em outros sistemas excludentes apoiada na institucionalidade.

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade- uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. (FOUCAULT, 2008, p.18)

O discurso representa uma importante ferramenta política de mediação entre as ações do governo e a população. Esse instrumento de uso político busca justificar os atos governamentais, proteger seu aparelhamento de Estado, defender o Estado de Direito e a nacionalidade mexicana e conseqüentemente repudiar tudo o que possa ser visto como contrario a esses princípios.

O discursador político ao falar em nome dos interesses gerais da sociedade, insere o público alvo em seus discursos, e os representa discursivamente. Dessa forma, se pretende aproximar o pensamento do poder público com o pensamento social e direcionar os ouvintes a uma determinada opinião, torná-la aceitável pela população. A

presença dessa intencionalidade na fala do interlocutor rege toda a formatação do discurso.

Entretanto, não é somente através da busca de sujeitos que se constitui o discurso, mas através da construção de tipos sociais:

O discurso político não se forma apenas buscando sujeitos já presentes na pluridiscursividade, ele constrói no interior do próprio discurso sua nova posicionalidade e disto depende em grande parte o seu êxito. (PINTO, 1989, p. 53).

A construção de sujeitos presente no discurso de Carlos Salinas, repetidas vezes, aborda o cidadão mexicano como o pobre, digno, pois preza pelo desenvolvimento do seu país, mas que nada tem a ver o EZLN, grupo violento, que causa a desestruturação social e que, portanto, está contra o México. O discurso presidencial coloca os sujeitos neozapatistas como se não representassem cidadãos do México, como se não fossem indígenas de um estado do país, como se não estivessem inseridos também no contexto de pobreza e dificuldades. Abrindo caminho para a justificativa da repressão Estatal. Pois o governo mexicano utiliza o exército nacional para defender os cidadãos e os trabalhadores que respeitam a via eleitoral e a constituição, cumprindo o seu papel principal de defesa do país e manutenção da soberania Mexicana, portanto, dentro da legalidade.

A maneira como é abordada essa separação entre os bons cidadãos e os que atrasam o desenvolvimento do país reflete diretamente o posicionamento do pensamento político de contrariedade a esse tipo de comportamento social e da colocação do movimento na ilegalidade.

A elaboração do texto discursivo remete a uma seleção dos termos e expressões utilizados, para que mesmo quando se explicita o uso da violência por parte do Estado, essa descrição seja aceita. A organização e planejamento do texto têm como um fim a boa recepção por parte dos ouvintes.

A fissão do campo político está limitada à força de um discurso e da força mobilizadora que ele exerce, a mobilização está diretamente relacionada com a identificação e reconhecimento de um grupo numeroso e poderoso nesse discurso e que passa a exprimir seus interesses (em forma mais ou menos transfigurada e irreconhecível). Para o autor essa relação é o que faz com que o campo político oscile sempre entre dois critérios de validação, a ciência e o plebiscito (BOURDIEU, 2007, p.183-185).



Bourdieu (2007) analisa a sociedade como repleta de poderes simbólicos que estão por toda a parte, que permeiam as relações entre os sujeitos. O poder simbólico como o poder de modificar visões de mundo, de transformar estruturas se constitui de um poder quase mágico que permite se obter o equivalente daquilo que é obtido pela força, desde que seja ignorado como arbitrário. O poder se faz pela crença na legitimidade das palavras (BOURDIEU, 2007, p.14). O discurso político analisado, dessa forma, está também permeado pelo poder simbólico, pois tem como um dos objetivos a notoriedade e a influência de uma forma de pensamento dominante sobre os que estão sujeitos a ele.

O discursar está constituído de interesses, objetivos, necessidades, e representa por si só uma ferramenta de poder, por quem adquire o poder da fala e quem está no lugar do espectador.

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar. (FOUCAULT, 2008, p. 10).

Logo o discursar está cercado de diversas significações e complexidades que estão implicadas na análise do discurso. Questões que se pretende desenvolver, decodificar e interpretar ao longo da pesquisa, para se verificar o que o discurso representa dentro da sociedade mexicana. Auxiliando, portanto, em um melhor entendimento desse campo político e social verificado no México.

Tendo por base esses princípios, a análise dos nove discursos presidenciais pronunciados ao longo do ano de 1994 busca apontar os elementos de criminalização presente nos discursos.

Na abordagem de Celi Pinto (1989), a construção de um corpo discursivo do objeto de estudo é fundamental para analisar discursos políticos, visto que juntamente com esse discurso político se entrelaçam outros discursos. No caso dos pronunciamentos de Salinas de Gortari aparecem, além do caráter da criminalização, os discursos nacionalista, defensivo, repressivo e ao mesmo tempo o democrático. Na medida em que, o presidente se coloca na posição de defender todo o seu sistema partidário vigente no México e suas bases de sustentabilidade através das acusações, criminalizações feitas ao movimento.

Em síntese, a primeira preocupação do analista deve ser construir um corpo discursivo que atenda às necessidades de seu problema de pesquisa, e ao mesmo tempo que contemple a multiplicidade dos discursos sociais em um dado momento histórico.” (PINTO, 1989, p. 60)

Céli Pinto aponta uma questão importante que é da presença do “eu” nos discursos, os pronunciamentos do presidente enquanto indivíduo se misturam com a significação de governo. O “eu” passa a ser parte integrante do governo do estado, mesmo que de forma acobertada, pois “há uma grande diferença em dizer “eu tomei a decisão” e “esta decisão foi tomada”. (PINTO, 1989, p.65)

Outros elementos importantes no estudo dessas fontes se caracterizam pela identificação de para quem eram direcionados cada discurso e o que se queria transmitir com as mensagens pronunciadas.

## 2.2 Discurso Político e sua contextualização

O surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional teve impactos importantes sobre o cenário mexicano no início de 1994. O EZLN agiu tomando quatro “presidencias municipais” do estado de Chiapas – San Cristóbal de Las Casas, Ocosingo, Las Margaritas y Altamirano<sup>10</sup> – e divulgou a primeira Declaração da Selva Lacandona com seus motivos para a revolta.

O aparecimento do movimento abriu precedentes para questionar publicamente toda a promoção feita pelo presidente a respeito de um México em crescimento, que beneficiava seus trabalhadores, deixando em dúvida, até mesmo, o valorizado TLC e suas conseqüências sociais. A reação governamental contrária ao movimento se fez presente também através dos pronunciamentos articulados pelo presidente do México. O mês de janeiro, mês da guerra aberta contra o EZLN, foi o período em que o presidente Carlos Salinas de Gortari mais discursos proferiu sobre os acontecimentos em Chiapas.

A compreensão do Exército Zapatista de Libertação Nacional pelo presidente mexicano desembocou, a partir de seus discursos, para a criminalização da organização Zapatista e suas atuações. O processo de criminalização formado nos discursos presidenciais se compôs através da identificação de elementos recorrentes presentes nos pronunciamentos: o EZLN é apresentado discursivamente como opositor ao Estado e ao país, e, conseqüentemente, agindo contra a Constituição e fora da legalidade; o Presidente da República se apresenta em sentido contrário à representação que faz do movimento, e, por fim, em defesa do país e do sistema político vigente pautado na Constituição. A criminalização se dá a partir das posições definidas nos discursos políticos.

Em oposição às ações do movimento, estabelecidas pelo governo, como ilegais e agressoras ao México, Salinas de Gortari se colocou no papel de defesa da lei mexicana e da manutenção do *Estado de Direito*<sup>11</sup> do país. Em seu discurso de seis de janeiro o presidente se pronuncia, via Palácio Nacional, afirmando que os integrantes Zapatistas

---

<sup>10</sup> Oficialmente divulgada pelo governo, mais tarde, em fevereiro, o subcomandante Marcos fala em sete cidades tomadas: Ocosingo, Altamirano, Las Margaritas, Chanal, Oxchuc, Huixtán e San Crsitóbal de las casas.

<sup>11</sup> O Estado de direito, designa, nessa doutrina um estado cujo poder está submetido ao direito. (...) a doutrina do Estado de Direito implica, assim, a idéia de *hierarquia das normas*: os diversos órgãos do Estado são obrigados a respeitar as normas jurídicas superiores(...) (Dicionário Enciclopédico de teoria e de Sociologia do direito, 1999, p. 318)

se constituem em profissionais da violência, trazendo agravantes sociais para a região em que surgiram.

[...] una organización diferente emergió en el estado de Chiapas: profesionales de la violencia, nacionales y un grupo extranjero, ajenos a los esfuerzos de la sociedad chiapaneca, asestaron un doloroso golpe a una zona de ese estado y al corazón de todos los mexicanos.<sup>12</sup>

Da mesma forma, em doze de janeiro, o presidente caracteriza o movimento enquanto um grupo agressor: “[...] después de analizar las condiciones de seguridad que prevalecen en los municipios que fueron atacados, a partir del primero de enero, por el grupo agresor [...]”<sup>13</sup>. Em novembro, ao fazer uma retrospectiva dos acontecimentos de Chiapas, Salinas de Gortari volta a concentrar a violência do lado do movimento e acrescenta que as ações do EZLN agem contra os interesses e contra o pleno desenvolvimento das instituições do Estado.

Además, hubiera sido ceder a la provocación del grupo armado que buscaba, con la violencia generalizada, el descrédito de nuestras fuerzas armadas, la repulsa social en el resto del país, el aislamiento internacional de México y un escenario de tensión política que pusiera en riesgo la realización de los comicios federales.<sup>14</sup>

A criminalização ao Exército Zapatista de Libertação Nacional, dessa forma, se constituiu pelas acusações, por parte do Estado, das violências e comportamentos ilegais iniciados pelos Zapatistas. Percebemos assim, que se legitima uma idéia de que as ações do movimento se confrontam com as necessidades do país, tanto para a continuidade do desenvolvimento quanto para o processo de modernização. Isso se verifica no pronunciamento de seis de janeiro: “Es una acción en contra del interés nacional. Este grupo armado está en contra de México”<sup>15</sup>.

Por outro lado, o governante se coloca ao lado da lei, em defesa da nação e de seus interesses. “Constitucionalmente, es obligación del gobierno guardar y hacer guardar la paz interna y pública del país.”<sup>16</sup> A institucionalidade e o diálogo são apontados como os meios para a resolução das problemáticas sociais, e não o levante de

---

<sup>12</sup> Trecho do discurso do presidente Carlos Salinas de Gortari dirigido a população do México a partir do Palácio Nacional, em seis de janeiro de 1994.

<sup>13</sup> Mensagem lida pelo presidente Carlos Salinas de Gortari a partir do Salón Venustiano Carranza da residência oficial de Los Pinos em doze de janeiro de 1994

<sup>14</sup> Extrato do discurso proferido pelo presidente Carlos Salinas de Gortari em primeiro de novembro de 1994.

<sup>15</sup> Trecho do discurso do presidente Carlos Salinas de Gortari dirigido a população do México a partir do Palácio Nacional, em seis de janeiro de 1994.

<sup>16</sup> Extrato do discurso proferido pelo presidente Carlos Salinas de Gortari em primeiro de novembro de 1994.

uma organização social contrária às práticas do Estado. Desta forma, as ações do Governo se afirmaram a partir da constitucionalidade, e por isso, os movimentos que respeitassem a constituição, não sofreriam “ações firmes” por parte do governo.

Las acciones del Gobierno de la República se enmarcan en la Constitución. Se aplicará estrictamente la ley. La acción firme de la autoridad no se ejercerá contra las comunidades a las que respetamos y apoyamos, ni contra las organizaciones plurales que trabajan de manera dedicada en la zona y con las cuales venimos dialogando desde hace años.<sup>17</sup>

Da mesma forma, as modificações sociais necessárias seriam desenvolvidas a partir de processos constituídos dentro da legalidade instituída, por meio do sistema partidário já existente, sem concessão de espaço para as demais proposições fora desse sistema vigente: “En México no hay lugar ni tiempo para la divergencia que no se resuelva dentro de la ley.”<sup>18</sup>

Debemos, igualmente, reconocer que al mismo tiempo que atendemos los reclamos de justicia en Chiapas y en otras entidades, los partidos políticos y los grupos cívicos han dado prueba de un firme compromiso con el avance de la democracia y la consolidación de la paz en todo el país.<sup>19</sup>

A preocupação visível nos discursos, a respeito das eleições marcadas para agosto de 1994, está fluida ao posicionamento de defesa do aparelhamento político mexicano. Em pronunciamento em dez de janeiro, o presidente delega um novo cargo de “Secretario de Gobernación”<sup>20</sup> para assegurar a realização do processo eleitoral mexicano e “para garantizar que las elecciones federales de 1994 se conduzcan con estricta conformidad a nuestra Constitución y a la nueva legislación vigente”<sup>21</sup>.

Carlos Salinas de Gortari se afirma como defensor da democracia no país e das práticas democráticas, enaltecendo a disposição dos mexicanos em participar das eleições e apontando como uma prática quista por todos. Em pronunciamento, em junho, explicita as eleições como um avanço democrático.

---

<sup>17</sup> Trecho do discurso do presidente Carlos Salinas de Gortari dirigido a população do México a partir do Palácio Nacional, em seis de janeiro de 1994.

<sup>18</sup> Extracto del discurso do presidente da República Carlos Salinas de Gortari, efetuado frente legisladores da “Comisión Permanente del Congreso de la Unión”, em três de janeiro de 1994.

<sup>19</sup> Discurso proferido pelo presidente Carlos Salinas de Gortari a partir do Salón Vicente Guerrero da residência oficial de Los Pinos em vinte e três de junho de 1994.

<sup>20</sup> É nomeado para o cargo Jorge Carpizo.

<sup>21</sup> Discurso pronunciado pelo presidente Carlos Salinas de Gortari, em dez de janeiro de 1994 a partir do Salón Carranza de la residencia oficial de Los Pinos.

Este avance democrático se realizó como lo quieren los mexicanos: en el marco de la ley y las instituciones; reitero mi compromiso decidido con esta reforma. No cesaré en seguir avanzando en la causa de la democracia con los partidos políticos y las organizaciones cívicas, en el marco de las instituciones republicanas y de acuerdo con la ley, así como la causa de la paz y justicia en Chiapas<sup>22</sup>

Em novo discurso em três de agosto, Gortari ratifica o comprometimento do governo com uma eleição imparcial, transparente, de votos livremente expressados e que busca o reflexo da vontade dos votantes.

Decía Manuel Hernández, y cito sus palabras, que la de ustedes es la vía del voto, del voto libremente expresado y el resultado que sea, que refleje la voluntad de los votantes, también reconocido y respetado. Esa es la elección con la que nos hemos comprometido: una elección imparcial, una elección transparente, en la que el voto cuente y los votos se cuenten y sean ellos los que decidan quiénes asumirán la responsabilidad de servir a nuestros compatriotas en los años por venir.<sup>23</sup>

A diferenciação entre os cidadãos que respeitam a via eleitoral, democrática, do desenvolvimento do país e os integrantes do Exército Zapatista se evidencia ao longo dos discursos pronunciados pelo presidente Salinas de Gortari. A negação da cidadania aos insurgentes e o não reconhecimento dos integrantes Zapatistas enquanto indígenas de Chiapas são determinações que se inserem dentro do processo de criminalização ao movimento. A partir do momento que são colocados como agressores da nação e como entraves para a resolução de problemáticas sociais, perdem seus direitos e passam a ser caracterizados como um grupo social a ser combatido.

Este no es un alzamiento indígena, sino la acción de ese grupo violento, armado en contra de la tranquilidad de las comunidades, la paz pública y las instituciones de gobierno. Es decir, en contra de lo que los mexicanos durante tantas generaciones y con gran esfuerzo hemos construido y que, por eso, tanto apreciamos.<sup>24</sup>

Nessa perspectiva, além da defesa do sistema político mexicano, a defesa dos cidadãos contra os insurgentes passa a ser considerado o objetivo fundamental das ações do governo, como se verifica no pronunciamento em seis de janeiro: “hemos defendido

---

<sup>22</sup> Discurso proferido pelo presidente Carlos Salinas de Gortari a partir do Salón Vicente Guerrero da residência oficial de Los Pinos em vinte e três de junho de 1994.

<sup>23</sup> Discurso proferido pelo presidente Carlos Salinas de Gortari durante a reunião com Solidaridad Campesina Magisterial (SOCAMA), na residência oficial de Los Pinos, em três de agosto de 1994

<sup>24</sup> Trecho do discurso do presidente Carlos Salinas de Gortari dirigido a população do México a partir do Palácio Nacional, em seis de janeiro de 1994.

la integridad física de ciudadanos y la seguridad de las comunidades”<sup>25</sup>. Em outro comunicado se observam semelhantes afirmações: “El Gobierno de la República tiene como responsabilidad esencial la vigencia del Estado de Derecho y la seguridad de los ciudadanos.”<sup>26</sup>

El Ejército Mexicano, con lealtad y patriotismo, producto de sus raíces históricas y su origen popular, cumpliendo su responsabilidad constitucional y con apego a la política del Gobierno de la República, seguirá garantizando en Chiapas la seguridad de los ciudadanos, y junto con las autoridades competentes contribuirá a evitar que individuos o grupos, por motivos violentos, busquen afectar la tranquilidad de las familias y la armonía del país.<sup>27</sup>

Utilizando-se dessas distinções se legitima as ações do Exército Nacional, que agia para defender os cidadãos do país de um grupo armado e violento. Portanto, as ações repressivas do exército aparecem inseridas dentro da legalidade e da legislação mexicana, na medida em que, se guiavam por mandos oficiais, a partir do Governo Federal, e buscavam trazer a pacificação ao estado e a tranqüilidade aos seus cidadãos. Em seus pronunciamentos a respeito do Exército, o presidente enaltecia as ações militares por garantir a manutenção da ordem e da segurança da nação. “El Ejército Mexicano garantizará la tranquilidad de los habitantes de estas ciudades y pueblos.”<sup>28</sup>

El Ejército alcanza así un primer objetivo que ha venido realizando a partir del primer día de 1994, en el marco de su responsabilidad constitucional y en respuesta a la solicitud del Gobierno de Chiapas para proteger a la población civil y restaurar condiciones de seguridad en esa entidad.<sup>29</sup>

O desenvolvimento da justiça e das ações do estado somente poderiam ser completas se houvesse a paz pública, naquele contexto, garantida pelo Exército Nacional.

Ejército y las fuerzas de seguridad cumplen su responsabilidad constitucional. Las acciones gubernamentales han tenido dos propósitos esenciales: el primero y más importante: proteger la vida de la población civil, respetando a la comunidad; y el segundo, restablecer el estado de normalidad al que tanto aprecio tienen los chiapanecos para poder dedicar, así, todos los esfuerzos en promover más justicia.<sup>30</sup>

---

<sup>25</sup> Trecho do discurso do presidente Carlos Salinas de Gortari dirigido a população do México a partir do Palácio Nacional, em seis de janeiro de 1994.

<sup>26</sup> Discurso pronunciado pelo presidente Carlos Salinas de Gortari, em dez de janeiro de 1994 a partir do Salón Carranza de la residencia oficial de Los Pinos.

<sup>27</sup> Ibid

<sup>28</sup> Mensagem lida pelo presidente Carlos Salinas de Gortari a partir do Salón Venustiano Carranza da residência oficial de Los Pinos em doze de janeiro de 1994

<sup>29</sup> Ibid

<sup>30</sup> Trecho do discurso do presidente Carlos Salinas de Gortari dirigido a população do México a partir do Palácio Nacional, em seis de janeiro de 1994

O Exército garantia, ainda, a diminuição das áreas e das populações afetadas pelo conflito armado.

El papel que ha desempeñado el Ejército Mexicano evitó la extensión del conflicto a otras partes del estado de Chiapas; el Ejército ha cumplido con lealtad, su responsabilidad constitucional y seguirá brindando seguridad a las poblaciones.<sup>31</sup>

Em novembro, reafirmou a importância das ações militares para assegurar o desenrolar de outras vias políticas, que não fossem as vias de confronto.

Lo que debemos al Ejército Mexicano por el éxito de la acción militar debe medirse por las vidas mexicanas no perdidas y las opciones políticas que su acción hizo posibles. Mi reconocimiento permanente está con ellos.<sup>32</sup>

A criminalização, nesse sentido, se embasou na crença de que nenhuma reivindicação apontada pelo movimento seria motivo suficiente para a constituição de um movimento armado contrário ao sistema político vigente. Salinas de Gortari afirmou em seus discursos que a pobreza e a miséria do estado de Chiapas não eram motivos para a insurgência de um grupo armado: “la pobreza en sí no explica la violencia armada.”<sup>33</sup>

Sendo assim, desconsiderava as aspirações do Exército Zapatista para a sublevação, pois apontava que existiam outras maneiras de se conquistar mudanças estruturais na sociedade mexicana que não passassem pela via armada: “Por eso se ha señalado con razón, que deben distinguirse claramente dos situaciones: la agresión armada de un grupo violento, de otra muy diferente que deriva de la situación de pobreza y carencias en esa región.”<sup>34</sup> A solução apresentada nos discursos repetitivamente, apontava para o diálogo e para a via pacífica.

Por fim, a partir dos posicionamentos defendidos pelo presidente mexicano nos discursos – a manutenção das vias democráticas, do respeito ao resultado das eleições por meio do voto, das possibilidades de mudança social através do sistema partidário, da

---

<sup>31</sup> Discurso proferido pelo presidente Carlos Salinas de Gortari a partir do Palácio do Governo em Tuxtla Gutiérrez em Chiapas, no dia 25 de janeiro de 1994.

<sup>32</sup> Extrato do discurso proferido pelo presidente Carlos Salinas de Gortari em primeiro de novembro de 1994

<sup>33</sup> Ibid

<sup>34</sup> Trecho do discurso do presidente Carlos Salinas de Gortari dirigido a população do México a partir do Palácio Nacional, em seis de janeiro de 1994.



abertura ao diálogo - se percebe o esquecimento de todo o histórico político desenvolvido no México pelo PRI e da própria trajetória política de Salinas de Gortari.

## Considerações Finais

A entrada do Exército Zapatista no cenário mexicano abalou a imagem do México moderno e de um modelo de estado a ser copiado. A propaganda ufanista de políticas perfeitas, geradora de um entusiasmo e de aparente melhoria social, com as possibilidades de consumo que se apresentava, foi, aos poucos, cedendo espaço à outra realidade apontada pelo movimento. Contestando toda uma concepção de modernidade expressa pelo governo, a organização armada, predominantemente indígena, tinha entre suas demandas primordiais a dignidade e a liberdade, como forma para modificar seu sistema político e seus governantes. O levante não apenas desencadeou, como também intensificou uma série de movimentações sociais, alinhados com os interesses zapatistas e com suas causas dentro e fora do país.

No México, diversas organizações indígenas passaram a expressar seu apoio ao movimento zapatista. Partidos opositores, ONGs, Igreja Católica, e organismos internacionais se posicionaram pelo cessar das violências contra os insurgentes. Manifestações populares na cidade do México e em outras cidades do país fizeram o pedido de paz. O “Alto a la masacre” reuniu diferentes setores sociais em marchas pelo cessar fogo. A marcha indígena, em doze de outubro, tornou público a declaração de nove Municipios Autônomos em Rebelia<sup>35</sup> no estado de Chiapas.

O EZLN, ao reivindicar a solução de demandas vigentes, utilizando-se do paradigma dos ideais inconclusos da revolução mexicana, apontou para um caminho que percorria o sentido oposto ao que estava sendo desenvolvido no México, com a eleição de Salinas de Gortari, e a conseqüente implementação de políticas neoliberais e pró estadonudense.

A insurreição de um movimento com essas características e a dificuldade de superá-lo aumentou o impacto do surgimento desse movimento no cenário mexicano. Carlos Salinas de Gortari não estava preparado para uma crítica do seu governo, das

---

<sup>35</sup> Segundo Genari (2006), a autonomia declarada pelos municípios é marcada pela integração entre as comunidades de várias regiões que se unem para enfrentar as pressões causadas pelo conflito armado e pela presença do Exército Federal. O auxílio se torna mutuo nas questões de saúde, produção de alimentos, educação, transporte, defesa das comunidades. As decisões são tomadas em assembleias, e os eleitos aos cargos devem desfrutar da máxima zapatista “mandar obedecendo” deixando que o interesse da comunidade fique em primeiro lugar. A regulamentação da vida nessas comunidades é marcada pelas suas leis, e não a lei do Estado. Permanecendo a autonomia de cada etnia para a resolução das problemáticas cotidianas.

suas práticas e de uma exposição extra nacional das suas políticas de estado. Todos os olhares do México se voltaram para o conflito iniciado em primeiro de janeiro.

Por seu lado, o governante iniciou a construção da colocação do movimento na ilegalidade. O fator predominante presente nos discursos foi a criminalização dos atores sociais presentes no conflito. Salinas de Gortari utilizou as concepções de Estado de Direito e da legislação mexicana para legitimar as acusações ao grupo zapatista. Nesse sentido, a criminalização apareceu desde os primeiros comunicados oficiais. A pressão social e internacional para deter a violação dos direitos humanos e do uso da força para resolver a situação fizeram com que o governo se colocasse constantemente a disposição para o diálogo. Entretanto, o aceite governamental para as conversações, não impossibilitou a continuidade das políticas agressivas por parte do Estado.

Durante os pronunciamentos Carlos Salinas de Gortari, enquanto governante máximo da nação, se colocou no dever de proteger os seus cidadãos de uma organização armada de Chiapas, utilizando assim o Exército Federal para “controlar” e resolver a situação. Ao apontar, constantemente, nos discursos o EZLN como grupo criminoso abriu precedentes para as ações repressivas e terminou por legitimar o uso da violência por parte do Estado.

## Referências

- AGOSTO, Patrícia. El zapatismo: Hacia una transformación cooperativa “digna y rebelde”. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana C. A, 2005.
- ARAGONÉS, Ana Maria. Chiapas: Demandas vigentes em um México em crise. In: A quem pertence o amanhã?. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- AROSTEGUI, Julio. La Historia Vivida. Sobre la historia del presente. Madrid: Alianza, 2004.
- BARREIRA, Irllys Alencar ?Firmo. Eleições presidenciais no México – Valores e símbolos de uma campanha. In:  
<http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/2001-1%20085-105%20irllys%20alencar.pdf> último acesso em 05.11.2009.
- BIZ, Octavio. O México no NAFTA: negociação de igualdade entre desiguais?. Revista da ADPPUCRS: Porto Alegre, nº. 5, p. 101-109, dez. 2004.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- \_\_\_\_\_ . Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BUENROSTO Y ARELLANO, Alejandro. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs). Chiapas Construindo a esperança. São Paulo: Paz e terra, 2002.
- CECEÑA, Ana Esther. BARREDA, Andrés. Chiapas y sus recursos estratégicos. Disponível online: \_\_\_\_\_ In:  
<http://membres.lycos.fr/revistachiapas/No1/ch1cecena-barreda.html> , último acesso em 16.11.2009.
- \_\_\_\_\_ . ZARAGOZA, José. Cronología del conflicto. Disponível online: <http://membres.lycos.fr/revistachiapas/No1/ch1cecena-zaragoza.html> , Último acesso em 16.11.2009.
- CESAR, Temístocles Américo Correa. A crise do estado no discurso dos candidatos à presidência da república do Brasil em 1989. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 1993.
- CHOMSKY, Noam. O México e o tratado de livre comércio (TLC) e o zapatismo. In: Um olhar sobre a América Latina. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1998.
- \_\_\_\_\_ . O lucro ou as pessoas?. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- Dicionário Enciclopédico de Teoria e de Sociologia do Direito. 2. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 318.

- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. A guerra é o espetáculo – origens e transformações da estratégia do EZLN. 366 f. Dissertação de Mestrado - Unicamp, Campinas, 2003.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- \_\_\_\_\_ . Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FUSER, Igor. México em transe. São Paulo: Scritta, 1996.
- GENNARI, Emilio. EZLN - passos de uma rebeldia. São Paulo: expressão popular, 2006.
- GIL, José Blanco. RIVERA, José Alberto. López, Oliva. Chiapas: La emergência sanitária permanente. Disponível online: <http://membros.lycos.fr/revistachiapas/No2/ch2blanco.html>, Último acesso em 16.11.2009
- GUTIERREZ-HACES, Maria Tereza. La relacion México- Estados Unidos: Crisis interna y reajustes externos. Cuadernos Americanos. México, v3, n15, p 92-113, 1989.
- HILSENBECK FILHO, Alexander Maximilian. Abaixo e a esquerda. Uma análise histórico social da Práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional. (Dissertação). Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.
- \_\_\_\_\_ . & CABRAL, Fátima Aparecida. O EZLN e a guerrilha informacional: a política no mundo encantado da mídia e da comunicação. In: Noticias de Antropología y Arqueologia. Acessado em 19/06/2008: [http://www.naya.org.ar/congreso2004/ponencias/alexander\\_maximilian.htm](http://www.naya.org.ar/congreso2004/ponencias/alexander_maximilian.htm)
- HEAU-LAMBERT, Catherine. Algunas reflexiones acerca del libro de Thomas Benjamin, Chiapas: tierra rica, pueblo pobre. Disponível online: <http://membros.lycos.fr/revistachiapas/No3/ch3heau.html> , Último acesso em 16.11.2009.
- HOBBSBAWM, Eric J. “O presente como história” In: Sobre História: ensaios. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HOLLOWAY, John. El zapatismo y las ciencias sociales em América Latina. In: Revista Osal, junho de 2001.
- \_\_\_\_\_ Cambiar el mundo sin tomar el poder. Espanha: El viejo topo, 2002.
- MACCHESNEY, Robert W. “Introdução” In: CHOMSKY, Noam “o Lucro ou as pessoas?”. Rio de Janeiro; Editora Bertrand Brasil, 2006

- MEJIA, Javier Cervantes. Raíces, aparición e impacto del levantamiento armado del EZLN. (Dissertação). Universidad Autónoma Del estado de México. México, 2007.
- MORAES, Felipe Machado: A palavra zapatista: uma revolução mediática como estratégia de comunicação e emancipação social. Disponível Online: [http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/documentos/2006\\_felipe\\_moraes\\_a\\_palavra\\_zapatista.pdf](http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/documentos/2006_felipe_moraes_a_palavra_zapatista.pdf), Último acesso em 14.12.2009.
- MUÑOZ, Rodolfo Gamiño. Analisis del movimiento armado en México en la década de 1970 a través de la prensa: El caso de la liga comunista 23 de septiembre (1973-1979). (Dissertação). Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora. México, 2008.
- ORTIZ, Pedro Henrique Falco. Das montanhas mexicanas aos ciber-espço. In: Estudos avançados, São Paulo, n, 55 v. 19 p. 173-186, 2005.
- PADROS, Henrique Serra. “NAFTA, Mercosul, ALCA e a luta pela integração Hemisférica”. In: Ciências e Letras. Agosto N 19, 1995.
- \_\_\_\_\_ . Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 190-223, jan./dez. 2004, p. 204.
- PAINCEIRA, Juan Pablo. Abertura Financeira e Vulnerabilidade Externa na América Latina: os impactos sobre Brasil, México e Argentina na década de 90. Acessado em 19/06/2008 em: [http://www.ie.ufrj.br/publicacoes/discussao/abertura\\_financeira\\_e\\_vulnerabilidade\\_de\\_externa\\_na\\_america\\_latina.pdf](http://www.ie.ufrj.br/publicacoes/discussao/abertura_financeira_e_vulnerabilidade_de_externa_na_america_latina.pdf)
- PETRAS, James. Los limites del neoliberalismo. Adverso. Revista da Associação dos docentes da UFRGS, Porto Alegre, v. 5, n. 7, p. 62-67, julho. 1995.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Com a palavra o senhor presidente José Sarney. São Paulo: Hucitec, 1989.
- PRADO, Irene Zea. México-estados Unidos: entre la cooperacion y el conflicto. Cuadernos Americanos, México, v. 4, n. 23, p.203-216, 1990.
- QUILLFELDT, Jorge. Uma Guernica latino-americana?. Adverso. Revista da Associação dos docentes da UFRGS, Porto Alegre, v. 5, n. 7, p. 68-72, julho. 1995.
- RUIZ, Maya Lorena Pérez. Todos Somos Zapatistas! Ciudad de México: INAH, 2005.
- SANCHEZ, José Arellano; RODRIGUEZ, Margarita Santoyo. Los nuevos sujetos sociales del neozapatismo. In: convergencia, Toluca, v. 8, n. 24, p.91-139, 2001. Trimestral

- SANTOS, Daniela Villafañe Gomes. De que nos van a perdonar? A compreensão do levante zapatista de 1994 em Chiapas. Revista Cena internacional, v. 3, n.1, p. 25-41, 2001. Disponível online: <http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/cena/2001/3278.pdf>
- SEOANE, José (org). Resistencias mundiales: [de Seattle a Porto Alegre]. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- WASSERMAN, Claudia. Independencia, Revolución Mexicana, futuros da América Latina. In: Contrahistorias: la otra mirada de Clío, Morelia, Michoacán, México N. 11 (set./fev. 2008/09), p. 89-96
- ZURITA, Leonardo Valdés. La eleccion presidencial de 1994 en México y La transicion democrática. In: Pluralismo espaço social e pesquisa. ANPOCS. São Paulo; Hucitec, 1995.

**Sites consultados:**

- Site da Sexta comissão do Exército Zapatista: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>
- Site oficial Zapatista: <http://palabra.ezln.org.mx/>
- Revista digital de Chiapas: <http://membres.lycos.fr/revistachiapas/chiapas-pres.html>
- Site oficial da presidência do México: <http://www.presidencia.gob.mx/mexico/>
- Site oficial do governo do estado de Chiapas: <http://www.chiapas.gob.mx/>
- Site contendo discursos e comunicados: <http://www.bibliotecas.tv/chiapas/>

## Anexos

### Discursos transcritos:

DISCURSO DEL PRESIDENTE  
CARLOS SALINAS  
DE GORTARI  
Enero 03, 1994

[...] Ante los acontecimientos delicados en el centro-oriente del estado de Chiapas, sabemos que persisten carencias y desigualdades. Sabemos que los beneficios y las oportunidades, no son todavía realidades tangibles para muchos.

En estos años hemos venido trabajando de manera dedicada, precisamente para revertir desigualdades de siglos. Pero nunca olvidemos que sólo mediante el diálogo y en el marco de la ley podremos encontrar puntos de acuerdos y soluciones a todo reclamo.

Que no quepa duda. En ninguna región de México existe diferencia superior a nuestra capacidad de diálogo, ni distancia capaz de afectar nuestra unidad fundamental.

Las acciones violentas retrasan la verdadera solución de las necesidades sociales y oscurecen el encuentro de las divergencias.

En cambio, la política, la comunicación franca, ellas sí llegan al fondo de las diferencias y también la acción comprometida frente a los reclamos sociales. Así se construyen y se aportan soluciones.

En México no hay lugar ni tiempo para la divergencia que no se resuelva dentro de la ley.

Reitero, en México buscaremos siempre el imperio de la ley, el diálogo pacífico, y muy particularmente la defensa de los derechos humanos en todas las acciones de la comunidad.

Señores legisladores:

En estos tiempos de profundas transformaciones, en el mundo convulso en el cual vivimos, hemos demostrado que podemos debatir, como se ha hecho en el seno del Congreso de la Unión.[...]

Extracto del discurso del presidente de la República, Carlos Salinas de Gortari, pronunciado ante legisladores de la Comisión Permanente del Congreso de la Unión, el 3 de enero de 1994

Disponível online: <http://www.bibliotecas.tv/chiapas/ene94/03ene94f.html>

.....



Compatriotas:

Una región del estado de Chiapas ha sido afectada por la violencia. En ese entrañable estado de la República, el atraso y la pobreza vienen de muchas décadas. En los últimos cinco años se ha trabajado intensamente y se han invertido grandes recursos para revertir esta condición.

Esto fue posible por la presencia de una rica y diversa gama de organizaciones sociales que han mantenido un diálogo permanente con el gobierno; y el diálogo ha sido fructífero.

Sin embargo, una organización diferente emergió en el estado de Chiapas: profesionales de la violencia, nacionales y un grupo extranjero, ajenos a los esfuerzos de la sociedad chiapaneca, asestaron un doloroso golpe a una zona de ese estado y al corazón de todos los mexicanos.

**Por eso se ha señalado con razón, que deben distinguirse claramente dos situaciones: la agresión armada de un grupo violento, de otra muy diferente que deriva de la situación de pobreza y carencias en esa región.**

Este no es un alzamiento indígena, sino la acción de ese grupo violento, armado en contra de la tranquilidad de las comunidades, la paz pública y las instituciones de gobierno.

Es decir, en contra de lo que los mexicanos durante tantas generaciones y con gran esfuerzo hemos construido y que, por eso, tanto apreciamos.

Lo que hacen es seguir acciones desacreditadas. En los países en donde así ha sucedido, sólo han conseguido destrucción y retroceso.

En ningún país, una acción como ésta ha permitido avances sociales para los que menos tienen ni progreso democrático.

Los acontecimientos de Chiapas nos entristecen a todos porque aun reconociendo insuficiencias, muchos años hemos trabajado los mexicanos para construir espacios de respeto, de diálogo y tranquilidad.

No se puede tolerar el atentado contra la vida de un indígena, de un habitante de esas ciudades, de un policía, de un soldado del Ejército nacional, de ningún ser humano.

Todos son mexicanos, todos merecen el mayor respeto.

Al mismo tiempo indigna que aprovechando esta situación de violencia, se quiera desprestigiar el nombre de México, que tanto trabajo y esfuerzos ha llevado construir. La pretensión de minar el prestigio del país no ayudaría a resolver problemas sociales ni económicos, ni representaría avances políticos.

Es una acción en contra del interés nacional. Este grupo armado está en contra de México.

En estos días de conflicto en Chiapas sus objetivos no han prosperado. Varias comunidades indígenas y poblaciones rurales los han rechazado.

Muchas organizaciones indígenas y campesinas de Chiapas se han acercado a las autoridades reclamando protección por parte del Ejército Mexicano y todas ellas ofreciendo plena participación para evitar la agresión.

Estamos avanzando firmemente, aunque la situación sigue siendo delicada, pues los agresores han continuado atacando a nuestros soldados.

Pueden seguir provocando acciones aisladas de violencia. Ningún país puede evitar que sucedan. Pero van a fracasar. La resolución de los mexicanos unidos contra la violencia los derrotará.

Se les ha ofrecido diálogo desde las primeras horas de confrontación. Han respondido con más violencia. Reiteramos nuevamente nuestra oferta de diálogo.

Los caminos de la participación están abiertos para todos. Pueden abrirse más si perseveramos en nuestro modo de ser, en nuestra tradición: que es trabajar en paz y unidos.

Nadie quiere un México en el que para garantizar la seguridad se limiten las libertades; ni que en esa región de Chiapas, se suspendan garantías.

La violencia no genera más libertad ni más democracia, sino odio y cerrazón política. El Ejército y las fuerzas de seguridad cumplen su responsabilidad constitucional.

Las acciones gubernamentales han tenido dos propósitos esenciales: el primero y más importante: proteger la vida de la población civil, respetando a la comunidad; y el segundo, restablecer el estado de normalidad al que tanto aprecio tienen los chiapanecos para poder dedicar, así, todos los esfuerzos en promover más justicia.

Para lograr el primero, hemos defendido la integridad física de ciudadanos y la seguridad de las comunidades. Para alcanzar el segundo, los detenidos y los elementos del delito están siendo puestos a disposición del Ministerio Público, asumiendo las autoridades locales su responsabilidad.

La mayor prioridad ha sido proteger a la población civil y restaurar las posibilidades de solución pacífica del conflicto.

Para proteger a la población civil de esa zona en las difíciles circunstancias que viven, hemos puesto en marcha programas de abasto de alimentos, cobijas y medicinas, y están en marcha programas inmediatos de salud pública, para atender emergencias, prevenir enfermedades y restablecer la atención de los hospitales dañados por los agresores.

Elementos del ejército protegen y distribuyen muchos de estos apoyos tan necesarios en esta zona.

Las acciones del Gobierno de la República se enmarcan en la Constitución. Se aplicará estrictamente la ley. La acción firme de la autoridad no se ejercerá contra las comunidades a las que respetamos y apoyamos, ni contra las organizaciones plurales que trabajan de manera dedicada en la zona y con las cuales venimos dialogando desde hace años.

Para aquellos en condiciones de pobreza que han participado por engaño, presiones o aun por desesperación, que depongan su conducta violenta e ilegal, buscaremos un trato digno y, aun, consideraremos el perdón.

El Gobierno de la República tiene la voluntad indeclinable de resolver este conflicto, restablecer plenamente el Estado de Derecho en esa zona de Chiapas, con un compromiso firme y claro, con el respeto a los derechos humanos.

## **MEXICANOS:**

Existe un consenso nacional a favor de la paz. Ante los acontecimientos de Chiapas, afirmé este lunes frente a la Comisión Permanente del Congreso de la Unión, que "en ninguna región de México existe diferencia superior a nuestra capacidad de diálogo, ni distancia capaz de socavar nuestra unidad fundamental". Así seguirá siendo.

Como Presidente de los mexicanos agradezco el apoyo responsable de todas las fuerzas políticas del país en contra de la violencia.

Una vez que concluya el conflicto en la zona agredida del estado de Chiapas, ésta seguirá avanzando en sus objetivos de más justicia para las comunidades indígenas y en favor de quienes más lo necesitan.

Unidos, los mexicanos seguiremos progresando y haremos más fuerte la vida democrática de México, para bien de todos y, principalmente, de nuestros hijos.

Muchas gracias.

Versión etnográfica de las palabras del presidente de la República, Carlos Salinas de Gortari, en su mensaje al pueblo de México, emitido desde Palacio Nacional, el 6 de enero de 1994

Disponível online: <http://www.bibliotecas.tv/chiapas/ene94/06ene94g.html>

---

## DISCURSO DEL PRESIDENTE

DE MÉXICO, CARLOS  
SALINAS DE GORTARI  
Enero 10, 1994

Señoras y señores:

El Gobierno de la República tiene como responsabilidad esencial la vigencia del Estado de Derecho y la seguridad de los ciudadanos. Por ello, está dispuesto a tomar acciones que impidan que la dinámica de los graves hechos en Chiapas conduzcan a más confrontaciones. Esto requiere de decisiones políticas en favor de la Nación, y que son un reconocimiento de lo que no funcionó.

Para garantizar el pleno apego a la Constitución y al Derecho, en las decisiones públicas que las circunstancias exigen y para abrir cauces eficaces de reconciliación y de justicia en Chiapas, con fundamento en el artículo 82 de la Constitución General de la República, he acordado:

Primero.- Nombrar secretario de Gobernación al doctor Jorge Carpizo. Su misión será ejercer la responsabilidad del cargo para asegurar que todas las decisiones necesarias para restaurar la más pronta tranquilidad en Chiapas y mantenerla en el resto del país, se apeguen estrictamente a derecho. Asimismo, para garantizar que las elecciones federales de 1994 se conduzcan con estricta conformidad a nuestra Constitución y a la nueva legislación vigente.

Esta mañana acepté la renuncia del licenciado José Patrocinio González Blanco Garrido. Segundo.- En virtud de la necesidad de crear un marco, una agenda y procedimientos para la reconciliación en el conflicto en Chiapas, al recibir en acuerdo al licenciado Manuel Camacho Solís, conversé sobre su disposición para llevar a cabo esta tarea.

Comentó que por tratarse de una causa tan trascendente para la Nación, su desempeño requeriría de una flexibilidad muy amplia de acción en la sociedad y del acceso permanente al más alto nivel en el Gobierno.

Como en efecto, se trata de un tema totalmente nuevo, él será el Comisionado para la Paz y la Reconciliación en Chiapas.

Tendrá el apoyo y el acceso permanente al Presidente de la República. Él, por su parte, buscará abrir espacios en la sociedad que contribuyan a la reconciliación en Chiapas a partir del contexto general.

El licenciado Manuel Camacho me pidió desempeñar esa función sin sueldo y sin crear ninguna estructura gubernamental nueva.

Tercero.- Manuel Tello Macías será secretario de Relaciones Exteriores. El embajador Tello Macías, diplomático de carrera, conducirá la política exterior con firmeza y prudencia, basada en principios históricos, que velen siempre por la soberanía nacional.

Cuarto.- El licenciado Diego Valadés será Procurador General de la República. El licenciado Valadés, abogado distinguido, era hasta hoy Procurador General de Justicia del Distrito Federal. Tiene una amplia experiencia en funciones de gobierno y de procuración de justicia.

Sus instrucciones son cumplir y hacer cumplir la Constitución y las leyes, manteniendo la línea de conducta y de trabajo que ha venido caracterizando a esta institución.

El licenciado René González de la Vega fungirá interinamente como Procurador General de Justicia del Distrito Federal.

Les he dado posesión a todos estos servidores públicos y de inmediato asumirán sus nuevas responsabilidades.

Con estas orientaciones y decisiones políticas se conducirá el Gobierno de la República para fortalecer la ley, el respeto a los derechos humanos y abrir cauces de conciliación, sin dejar en ningún momento de garantizar la seguridad en Chiapas.

El Ejército Mexicano, con lealtad y patriotismo, producto de sus raíces históricas y su origen popular, cumpliendo su responsabilidad constitucional y con apego a la política del Gobierno de la República, seguirá garantizando en Chiapas la seguridad de los ciudadanos, y junto con las autoridades competentes contribuirá a evitar que individuos o grupos, por motivos violentos, busquen afectar la tranquilidad de las familias y la armonía del país.

Muchas gracias.

Versión estenográfica del discurso pronunciado la tarde del 10 de enero de 1994, por el presidente Carlos Salinas de Gortari, en el Salón Carranza de la residencia oficial de Los Pinos

Disponível online: <http://www.bibliotecas.tv/chiapas/ene94/10ene94a.html>



MENSAJE DEL PRESIDENTE  
CARLOS SALINAS  
DE GORTARI  
Enero 12, 1994

Señoras y Señores:

El Secretario de la Defensa Nacional, General Antonio Riviello Bazán, después de analizar las condiciones de seguridad que prevalecen en los municipios que fueron atacados, a partir del primero de enero, por el grupo agresor, me ha informado que las ciudades y principales poblaciones donde había presencia de este grupo están ya bajo seguridad del Ejército Mexicano, garantizando con ello la tranquilidad de los habitantes de estas comunidades del estado de Chiapas.

El Ejército alcanza así un primer objetivo que ha venido realizando a partir del primer día de 1994, en el marco de su responsabilidad constitucional y en respuesta a la solicitud del Gobierno de Chiapas para proteger a la población civil y restaurar condiciones de seguridad en esa entidad.

Por otra parte, los cambios ocurridos hace 48 horas en el Gabinete Presidencial están permitiendo avanzar en las tareas encaminadas a promover acciones a favor de la paz.

La trayectoria y voluntad del Secretario de Gobernación y el encuentro del Comisionado para la Paz y la Reconciliación en Chiapas con diversos sectores han generado un amplio apoyo a las medidas que pueden llevar al fin de los enfrentamientos.

La Iglesia Católica en su conjunto así lo ha manifestado. También los miembros de otras iglesias.

Los candidatos a la Presidencia de la República de cada uno de los diversos partidos políticos, se han comprometido a favor de la paz.

La Comisión Especial de Senadores y Diputados ha manifestado su decisión de contribuir a la eliminación de la violencia lo más pronto posible.

Los más diversos movimientos sociales, las organizaciones no gubernamentales, los medios de comunicación, los principales líderes de opinión del país, los intelectuales y, en general, los ciudadanos, están en favor de la búsqueda de este espacio de paz.

El Gobierno de la República da ahora un paso firme, una vez garantizada la seguridad de la región y de los propios miembros del Ejército Mexicano para enviar un mensaje claro de conciliación, de paz, y de respeto a los derechos humanos.

Tomando en cuenta que el Ejército Mexicano ha alcanzado ya el primer objetivo en su misión constitucional de garantizar la seguridad en la región, tomando en cuenta el sentimiento y la opinión de la nación y, por las propias convicciones del presidente de la República, con toda responsabilidad he tomado la decisión de suspender toda iniciativa de fuego en el estado de Chiapas.

El Ejército Mexicano garantizará la tranquilidad de los habitantes de estas ciudades y pueblos. Sólo responderá si es atacado.

Si los grupos armados no deponen a su vez sus acciones agresivas, el ejército tendrá que defenderse y defender a la población civil.

También, en este tipo de situaciones es frecuente que se presenten actos para lograr objetivos de propaganda. Esto no puede descartarse y se estará alerta.

De esta manera, el Presidente de la República, Comandante Supremo de las Fuerzas Armadas, hace todo lo que está en sus manos para buscar seriamente la paz. La tarea más urgente es construir este nuevo espacio de conciliación.

Deseo fervientemente que esta decisión del Gobierno de la República, que recoge el sentimiento de toda la sociedad, sea el primer paso para salvar vidas y para encontrar nuevos caminos de reconciliación.

Estamos en la posibilidad de encontrar una solución que muestre la fuerza extraordinaria de la sociedad mexicana. Este es un momento de unidad para vencer una situación difícil.

Continuaremos llevando alivio y alimentos a los afectados por la confrontación. Redoblabaremos la atención a las demandas sociales de las comunidades indígenas, particularmente de los Altos y la Selva de Chiapas, con su propia participación.

Actuaremos para asegurar mejor justicia. Reitero que aquellos que hayan participado por presión o desesperación, y que ahora acepten la paz y la legalidad encontrarán el perdón. Así, estoy seguro que México saldrá fortalecido.

Ahora, actuemos todos a favor de la paz y de la reconciliación. Mostramos así, con la voz de un México unido, que la fuerza de la paz es inmensamente mayor que la capacidad de daño de cualquier grupo violento agresor.

Muchas gracias.

Mensaje leído el 12 de enero de 1994, por el presidente de la República, Carlos Salinas de Gortari, en el Salón Venustiano Carranza de la residencia oficial de Los Pinos

Disponível online: <http://www.bibliotecas.tv/chiapas/ene94/12ene94.html>

.....

MENSAJE DEL PRESIDENTE  
CARLOS SALINAS  
DE GORTARI  
Enero 25, 1994

Compatriotas de Chiapas:

Desde que se inició el conflicto en el estado, he permanecido atento a él, y ha sido la principal preocupación del Presidente de la República. En cada momento he buscado tomar decisiones que le den seguridad a la población, y con resolución he abierto el camino para la solución pacífica del conflicto.

El papel que ha desempeñado el Ejército Mexicano evitó la extensión del conflicto a otras partes del estado de Chiapas; el Ejército ha cumplido con lealtad, su responsabilidad constitucional y seguirá brindando seguridad a las poblaciones.

La gran tarea, hoy, es buscar la paz por todos los medios; ustedes han sido testigos de todos los esfuerzos que se han venido haciendo para alcanzarla y de los resultados que hasta este momento se han obtenido.

Los hechos que han ocurrido nos obligan a todos a una reflexión seria para cambiar los viejos procedimientos, lo que no funcionó.

He venido a Chiapas para brindar el más decidido apoyo al estado en la promoción de la paz, el desarrollo y la justicia.

Lo más importante será el cambio mismo en la relación con el estado. Desde los municipios, desde las organizaciones sociales, en el Congreso del estado, con la conducción política del señor Gobernador (Javier) López Moreno, se irán definiendo los proyectos y los apoyos.

En lo que ustedes definan, ahí, en lo más urgente, contarán con el apoyo de las instituciones del Gobierno Federal, y junto con lo urgente, se redoblarán los esfuerzos para la solución de fondo que reclama el estado; la tarea más urgente es trabajar todos por la reconciliación.

Sabemos que cuando han habido diferencias fuertes, esto no es fácil; por eso, debemos empeñar nuestro esfuerzo una y otra vez.

La tarea que tenemos pendiente es de todos, y a todos nos compromete; los que trabajan en el Gobierno, desde el servicio más sencillo hasta la responsabilidad más alta; es tarea de la sociedad chiapaneca y de cada una de las comunidades.

Todos, con la unidad chiapaneca por la seguridad, la justicia, la paz y la democracia, tendremos que establecer una mejor relación con las comunidades indígenas, modificando las prioridades y atendiendo sus decisiones.

La tarea por delante no va a ser fácil; frente a las divisiones y los rencores deben prevalecer los sentimientos humanitarios y nuevos hechos de justicia.

A cada una de las familias chiapanecas, quiero hacerles llegar mi preocupación y también mi tristeza por lo ocurrido.

Asimismo, la confianza de que hemos estado y de que estaremos todo el tiempo pendientes.

Haremos todo lo que esté en nuestras manos para apoyar su seguridad y promover la justicia; en ella se sustenta la tranquilidad de cada una de las familias y comunidades.

Aquí estamos. Acabo de tener otra reunión con organizaciones sociales; seguiremos concentrados en consolidar la paz, la justicia y un mejor clima de convivencia en Chiapas.

Juntos, unidos, estoy seguro que habremos de lograrlo.

Muchas gracias.



Versión estenográfica del mensaje que el presidente Carlos Salinas de Gortari dirigió al pueblo de Chiapas, desde el Palacio de Gobierno de Tuxtla Gutiérrez, Chiapas, el 25 de enero de 1994.

Disponível online: <http://www.bibliotecas.tv/chiapas/ene94/25ene94.html>

---

DECLARACIÓN DE CARLOS SALINAS  
DE GORTARI, DANDO A CONOCER  
EL NOMBRAMIENTO DE JORGE  
MADRAZO COMO NUEVO  
COMISIONADO PARA LA PAZ  
EN CHIAPAS  
Junio 23, 1994

**Carlos Salinas de Gortari:**

Señoras y señores:

Como he afirmado en muchas ocasiones, quiero reiterar que es con el diálogo como los mexicanos podemos resolver nuestras diferencias. Hoy emprendemos una nueva iniciativa por la paz y la reconciliación en la zona de conflicto del estado de Chiapas.

He invitado al licenciado Jorge Madrazo Cuéllar, presidente de la Comisión Nacional de Derechos Humanos, para que sea el Comisionado para la Paz y la Reconciliación en Chiapas.

Frente a los dolorosos acontecimientos en el estado no dudé en ofrecer, a unos días de iniciado el conflicto, el cese unilateral a toda iniciativa de fuego.

Promoví días después una Iniciativa de Ley de Amnistía, nombré a un Comisionado para la Paz y la Reconciliación y dí instrucciones precisas para ampliar significativamente los recursos y apoyos a la población afectada.

Lo hicimos atendiendo integralmente y en el marco de la ley, los puntos de demandas sociales y económicas dialogadas en San Cristóbal.

Estamos atendiendo, igualmente, los reclamos de los diversos grupos sociales del estado de Chiapas. El diálogo permanente en las quince mesas de atención ha permitido articular un programa social de largo alcance que, estamos seguros, llevará a la transformación de justicia del estado con la participación de los propios chiapanecos.

El propósito del gobierno ha sido claro: transformar el conflicto armado en un diálogo político que supere diferencias, porque todos los mexicanos queremos que en paz y con libertad se resuelvan uno a uno los rezagos y los retos que afectan a la población.

No es con la violencia como se logra el avance democrático y de bienestar con justicia. Queremos y estamos comprometidos para que nuestra patria crezca en paz, con más justicia y soberanía fortalecida.

Desde el 12 de enero ha existido un efectivo cese al fuego, existen canales de comunicación abiertos y hay respuesta a las demandas de diversos grupos de la entidad. En la atención a las comunidades de la zona de conflicto se ha avanzado hasta donde ha sido posible.

Ahora, es determinación del gobierno realizar esfuerzos adicionales para mantener el diálogo y promover la solución política al conflicto.

No dejaré ni un momento, hasta el último día de mi mandato, de atender los justos reclamos de todos los mexicanos, ni en Chiapas ni en todo el país.

Debemos, igualmente, reconocer que al mismo tiempo que atendemos los reclamos de justicia en Chiapas y en otras entidades, los partidos políticos y los grupos cívicos han dado prueba de un firme compromiso con el avance de la democracia y la consolidación de la paz en todo el país.

Así, el compromiso firmado por los candidatos a la Presidencia de la República y dirigentes de ocho partidos legalmente constituidos, culminó con importantes reformas aprobadas ya por el Congreso de la Unión y las legislaturas de los estados.

Este avance democrático se realizó como lo quieren los mexicanos: en el marco de la ley y las instituciones; reitero mi compromiso decidido con esta reforma.

No cejaré en seguir avanzando en la causa de la democracia con los partidos políticos y las organizaciones cívicas, en el marco de las instituciones republicanas y de acuerdo con la ley, así como la causa de la paz y justicia en Chiapas.

Por todo ello preciso la estrategia del gobierno para avanzar en la paz, la reconciliación y la concordia en Chiapas:

Primero, reafirmo mi voluntad de diálogo y negociación para alcanzar la paz digna en Chiapas. Esta es una nueva convocatoria plenamente comprometida con la solución política del conflicto. Rechazo la violencia y el uso de la fuerza, como método para alcanzar fines o promover demandas sociales;

Segundo, como muestra de esta determinación, de buscar la solución pacífica al conflicto, es que ahora he invitado al licenciado Jorge Madrazo Cuéllar, quien ha aceptado esta invitación para reanudar el diálogo y alcanzar la paz digna que reclama Chiapas.

El licenciado Madrazo, presidente de la Comisión Nacional de Derechos Humanos, ha solicitado licencia que someteré a la aprobación del Senado de la República para dedicarse íntegramente a este propósito.

Jorge Madrazo es un jurista comprometido con la ley, el respeto a los derechos humanos y el avance de la democracia. Tendrá todo mi apoyo y el de mi gobierno en esta trascendente misión;

Tercero, con la lealtad y disciplina que le distingue y honra, el Ejército Mexicano mantendrá el cese unilateral a toda iniciativa de fuego, decretado el 12 de enero, a menos que sea atacado.

En ese marco, continuarán los relevos y patrullajes en la frontera sur, y la operación de dispositivos tendentes a impedir el tráfico de armas en la zona;

Cuarto, el gobierno mantendrá y reforzará las acciones sociales y económicas en apoyo del gobernador de Chiapas y de la Vocalía Ejecutiva, que coordina las acciones federales en el estado.

Se integrará, además, un grupo especial de apoyo, compuesto por subsecretarios de dependencias del Ejecutivo federal, encabezados por el subsecretario de Gobernación, para asegurar el cumplimiento puntual de los compromisos sociales asumidos, tanto en el diálogo de San Cristóbal como con las organizaciones del Estado, en materia agraria, de servicio a las comunidades y, sobre todo, de salud, alimentación y abasto.

El único límite a este esfuerzo, es la voluntad de las comunidades de aceptarlo, y;

Quinto, se mantendrá ampliamente informada a la opinión pública en Chiapas y en todo el país, sobre el cumplimiento de los compromisos que el gobierno ha asumido para la justicia en el estado.

Reitero:

El conflicto armado no es vía de cambio; sí lo es la transformación democrática. Proponemos reanudar el diálogo ratificando el cese al fuego y privilegiando la solución política.

No hay posibilidad de paz impuesta. La mejor perspectiva es la paz con dignidad.

Asimismo, seguiremos fortaleciendo los cauces institucionales en la entidad y las nuevas instituciones para resolver de fondo los problemas sociales.

Nuestra concepción política implica escuchar las posiciones del EZLN, salvaguardando los intereses legítimos del estado y mantener la convergencia de la sociedad civil y, en consecuencia, la posibilidad del diálogo.

No hemos cambiado de línea. La sociedad respalda una paz digna y rechaza el reinicio de la guerra. La vía hacia la paz es el acuerdo, y sólo la política puede resolver el conflicto.

El nuevo Comisionado para la Paz y la Reconciliación en Chiapas sostendrá y promoverá esta línea del Estado mexicano. Mi agradecimiento a Jorge Madrazo por haber aceptado esta delicada misión.

Muchas gracias.

Declaración del presidente de México, Carlos Salinas de Gortari, hecha el 23 de junio de 1994 en el Salón Vicente Guerrero de la residencia oficial de Los Pinos, dando a conocer el nombramiento de Jorge Madrazo como nuevo comisionado para la Paz y la Reconciliación en Chiapas.

Disponível online: <http://www.bibliotecas.tv/chiapas/jun94/23jun94.html>

---

PALABRAS DEL PRESIDENTE  
CARLOS SALINAS  
DE GORTARI  
Agosto 3, 1994

**Carlos Salinas de Gortari:**

Quiero decirles que me da mucho gusto participar con ustedes en la firma de este documento que verdaderamente abre nuevos caminos en la solución de problemas sociales en nuestro país.

Ustedes, los de SOCAMA, forman parte de una organización plural e independiente que durante muchos años ha venido dando las luchas a favor del respeto a la dignidad de las compañeras y los compañeros allá en las tierras de Chiapas, organización plural compuesta por maestros, campesinos, indígenas, que con esta lucha tenaz han venido exigiendo que se encuentre una solución a problemas de años, décadas, generaciones, en algunos casos de siglos y otros recientes, pero como bien lo señalaron tanto Jacobo (Nazar) como Manuel Hernández, ustedes han insistido en que esta lucha respete la pluralidad, la autonomía de su organización y se dé en el marco de las instituciones, de la propia ley, y con ella de su lado, con la ley de su lado, encontrar esas soluciones para los problemas de sus comunidades.

Sabemos que SOCAMA es un proyecto de convergencia de maestros y de campesinos, así como indígenas; sabemos también de su presencia en más de 500 comunidades en el estado de Chiapas, y que en los meses recientes SOCAMA había venido encabezando planteamientos claros, detallados, precisos, para encontrar solución a los problemas de la confrontación de estos meses de angustia y también a esos de antaño, de ayer, que tanto lo habían afectado.

Señalaba Jacobo Nazar que la de ustedes es una lucha para terminar el paternalismo, y eso es preciamente lo que nosotros hemos venido impulsando a lo largo de estos años. Paternalismo quiere decir que la autoridad se sienta en los hombros de los campesinos y de las comunidades y les dice lo que tienen que hacer, y eso ya no queremos más, no; ahora de lo que se trata es de corresponsabilidad, dejar a un lado el paternalismo, pero no alejar al estado de la respuesta de los reclamos sociales, sino hacerlo corresponsable. Por eso, también, hemos venido promoviendo el método de trabajo de Solidaridad que, como ha señalado Manuel Hernández, se ha significado precisamente por respetar y alentar las iniciativas de las propias comunidades.

Jacobo enfatiza cómo ustedes han avanzado en los proyectos productivos, en la cafecultura, también en los viveros y laboratorios; cómo están promoviendo exportaciones a otros mercados y a otros países; y, además, (en) el apoyo para estas iniciativas tuyas se ha respetado el derecho de todos; es decir, SOCAMA nos está mostrando la nueva lucha campesina que reclama precisamente el poder resolver, por la vía que ustedes hoy han fijado, la cuestión de tierra, pero que la tierra solamente no va a dar satisfacción a la esperanza de las familias, tienen que darse los proyectos productivos, tienen que generarse empleos y alternativas, porque tierras para todos no hay, pero sí podemos crear empleos para todos aquellos que lo requieren y lo necesitan. Por eso es que, como decía Jacobo, el fideicomiso es una propuesta de suma de voluntades, porque ustedes la dialogaron al interior de su organización, generaron los consensos de abajo para arriba y (se) convirtieron, como aquí se dijo, en sujetos de transformación y no en objetos, que reflejara las decisiones de otros para estos cambios. Sí, las luchas de años de SOCAMA ahora vienen a dar resultados para construir un, sin duda, mejor horizonte.

Decía Manuel Hernández que las actividades que se están llevando a cabo van cambiando la situación; que se está creando un nuevo tipo de organización y un nuevo tipo de liderazgo; ustedes lo representan, ustedes lo reflejan. Por eso es que a lo largo de estos años hemos respetado y alentado esos liderazgos, esos nuevos tipos de organización y nos hemos comprometido con la justicia, como un medio para poder llevar armonía y paz a las comunidades y a nuestros compatriotas.

Decía Manuel Hernández, y cito sus palabras, que la de ustedes es la vía del voto, del voto libremente expresado y el resultado que sea, que refleje la voluntad de los votantes, también reconocido y respetado.

Esa es la elección con la que nos hemos comprometido: una elección imparcial, una elección transparente, en la que el voto cuente y los votos se cuenten y sean ellos los que decidan quiénes asumirán la responsabilidad de servir a nuestros compatriotas en los años por venir.

Bienvenido, entonces, el señalamiento de los dirigentes de SOCAMA, de que su vía es la del voto, la del voto libre y de respetar el resultado.

Por eso entiendo que ustedes se declaren como una organización plural y también zapatista, porque los principios e ideales de Emiliano Zapata están bien arraigados entre los nuestros.

Hay más de dos mil organizaciones zapatistas a lo largo del país, Emiliano se llama mi hijo y el de muchos mexicanos, porque refleja precisamente la convicción profunda (que) los mexicanos tenemos por las limpias luchas de Emiliano Zapata, que están vivas y que nos siguen reclamando precisamente el llevar libertad y justicia al campo mexicano, no a los diez millones de campesinos que había en México en 1910 al levantarse en su lucha Emiliano Zapata, sino justicia para los 90 millones de mexicanos que somos hoy y los 25 millones que viven en el campo, y que si ante las nuevas realidades de la tierra repartida, si alguien acapara ilegalmente aplicarle la ley y repartir esa tierra entre los campesinos; pero para aquellos miles de jóvenes que hoy viven en el campo una opción: una opción digna, una opción de futuro y bienestar para la familia que tiene, sin duda, en sus propósitos formar.

Ya venimos actuando con acciones específicas a lo que ustedes nos han señalado: en lo que se refiere al rezago agrario, en la vía de la conciliación entre los campesinos y propietarios, en los mecanismos de financiamiento, y este fideicomiso es innovador para atender el problema de demanda de tierras en el espíritu del 27 constitucional.

Quiero decirles que ustedes, los de SOCAMA, son la primera organización que consolida su demanda agraria y, además, ustedes han propuesto un nuevo mecanismo, precisamente un mecanismo de financiamiento para dar esa respuesta a indígenas y campesinos.

Vamos a sumar esfuerzos para convertir en realidad lo que aquí hoy se ha firmado entre el gobierno y el estado, la Secretaría de Agricultura, la de la Reforma Agraria, el Banco Rural, la Procuraduría Agraria, sin duda la Secretaría de Desarrollo Social, y ustedes los dirigentes de la SOCAMA.

Hay el compromiso de que el Gobierno federal aporte 20 millones de nuevos pesos. Es muy importante entender aquí de lo que se trata: SOCAMA, organización plural de luchadores sociales está proponiendo que esta demanda por tierras, se resuelva por la vía de adquirirlas, comprarlas, y por eso estamos invitando al diálogo a los propietarios rurales; es decir, no es por la vía de la confrontación, sino la canalización de los recursos.

Con los 20 millones que aporta el gobierno, Banrural se compromete a constituir un fondo financiero para la adquisición de tierras hasta por 50 millones de nuevos pesos, que a los campesinos demandantes de tierra darán como garantía los alcances del

Procampo. Estamos utilizando el mecanismo de Procampo, que es la garantía de un apoyo en efectivo a cada uno de los que poseen esa tierra para que con esos recursos pueda precisamente pagarse la tierra que se está adquiriendo; pero para poder disponer de lo que se requiere para comprar las tierras hoy, es que el gobierno aporte esos 20 millones y el Banco Rural crea este fondo financiero con los cincuenta.

Por eso la Secretaría de Agricultura se compromete a que esas tierras así adquiridas tendrán los apoyos de Procampo, y esos apoyos serán la garantía precisamente para recuperar los financiamientos que se están otorgando para adquirir alrededor de 16 mil hectáreas que vienen a resolver los planteamientos hechos por los campesinos y los indígenas al interior de SOCAMA.

Y si ustedes señalaban que además de este fondo financiero, Sedesol se compromete a dar créditos a la producción y así, con ellos, alentar aquellos que van a sembrar esas tierras y tener los recursos para obtener un mayor beneficio para ustedes y también para sus familias. Si una vez recuperados los créditos de la adquisición de tierras haciendo un fondo para el desarrollo de las propias comunidades.

Por eso yo considero que la firma de este documento es un hecho histórico, porque es un nuevo camino para ir por la vía del diálogo y en el marco de la ley y de la Constitución, resolviendo demandas válidas por tierra y abriendo nuevas opciones y nuevas oportunidades para aquellos que la tierra no da, porque los mexicanos siguen creciendo en número y el territorio es el mismo, el mismo de hace cien años, y queremos que siga siendo el mismo en los siguientes mil años.

Pero, mexicanos habrá más y más en el campo. Y por eso tiene que haber estas opciones de empleos productivos para las nuevas generaciones, y donde se pueda dar la solución del problema de la tierra, como el que ustedes señalan, con este camino que han abierto, con este fondo financiero en el cual ustedes adquieren la tierra, y eso, eso es un paso extraordinario donde encontrar respuesta a sus válidas demandas, en el marco legal y en el espíritu del 27 constitucional.

Así que SOCAMA ha venido hoy a mostrarnos este nuevo camino, y también, como bien se dijo aquí con toda claridad, a establecer condiciones para la paz y la tranquilidad en Chiapas. Es un compromiso agrario, económico y político y va a permitir, como lo decía Manuel Hernández, ir recomponiendo el tejido social con tierra y con empresas en coinversión, y como decía Manuel Hernández, con los apoyos comprometidos de Solidaridad, así lo seguiremos haciendo hasta el final de mi gobierno, y ustedes tendrán que plantear para más adelante. Pero estoy seguro que una decisión noble, una decisión avanzada, una decisión innovadora, como la que hoy se ha firmado, tiene una perspectiva formidable en los años por venir.

Además, el día de ayer se anunciaron en Chiapas 19 proyectos de inversión que van a permitir crear 14 mil empleos en la zona centro y en Los Altos, pero que van a derramar oportunidades al resto de las regiones del estado. Esos 14 mil empleos se vienen ahora a sumar con esta solución que se ha encontrado a través de la propuesta de SOCAMA; ustedes pueden vincular sus proyectos productivos a esos que ahora se ponen en marcha con las oportunidades que el Tratado de Libre Comercio ha abierto para Chiapas y para el resto del país; oportunidades de más empleos, 14 mil, sólo con estas inversiones, de más recursos, en más oportunidades.

Yo les doy la bienvenida, y estas puertas siempre estarán abiertas para las compañeras y los compañeros de SOCAMA, como las están abiertas para todos los mexicanos.

En especial hoy por esta solución innovadora, de avanzada y de vanguardia que SOCAMA consensó de abajo para arriba, y nosotros hemos estampado nuestra firma que manifiesta la voluntad de cumplir en los hechos y con hechos; esta firma habrá de reflejarse en esos recursos, en esos apoyos, en nuevas oportunidades para ustedes y

también para sus familias. Nuevos y mejores tiempos se abren para Chiapas, para la paz, para la armonía y para todo nuestro México.  
Bienvenidos, bienvenidos a casa compatriotas.

Palabras pronunciadas por el presidente Carlos Salinas de Gortari, durante la reunión de trabajo que sostuvo con Solidaridad Campesina Magisterial (SOCAMA) del estado de Chiapas, en la residencia oficial de Los Pinos, el 3 de agosto de 1994.

Disponível online: <http://www.bibliotecas.tv/chiapas/ago94/03ago94.html>





SEXTO INFORME DE  
GOBIERNO DEL PRESIDENTE  
CARLOS SALINAS  
(EXTRACTO)  
Noviembre 1, 1994

El primero de enero un grupo armado atacó cuatro cabeceras municipales en Chiapas y el cuartel del Ejército Mexicano en Rancho Nuevo.

Fallas en la información política, deficiencias en la respuesta social y política de las autoridades locales y también, hay que decirlo, un cuidado excesivo durante los meses anteriores en no emprender acciones preventivas de seguridad en una zona tensada por viejos y nuevos conflictos sociales, étnicos y religiosos, hicieron posible que sorprendiera al país --y también lo entristeciera-- esta irrupción violenta en el inicio del año.

El conflicto armado que surgió en la selva de Chiapas tiene rasgos singulares. Se dio en una zona de población reciente, en su gran mayoría de indígenas que habían migrado desde Los Altos durante los dos decenios anteriores, buscando colonizar nuevas tierras y dejando atrás tradiciones y comunidad.

Es una zona geográficamente aislada, con cerca de mil habitantes dispersos en pequeñas comunidades y que, además, coincide con la diócesis correspondiente.

Colinda con una región donde la guerrilla centroamericana ha operado durante 35 años; pertenece la mayor parte al municipio de Ocosingo, el segundo más extenso del país, donde la simple distancia entre la cabecera y los centros de población significa, en ocasiones, días de traslado por veredas, cañadas y montañas, y se transforma en lejanía entre la autoridad y las comunidades.

Existen añejas desigualdades, caciquismos locales, viejas tensiones incubadas por años, quizá siglos, de abandono, agravio y maltrato a los indígenas.

De manera paradójica, Chiapas es el estado de la República que más apoyo federal ha recibido en estos años de la administración --1,000% más que en 1989.

En salud, en educación, en electrificación y agua potable, en apoyos a la producción y a los grupos indígenas, en esquemas novedosos de financiamiento para compras de tierras, en caminos y carreteras, Chiapas ha sido notablemente apoyado entre los estados de la República.

Sus rezagos así lo justificaban y lo siguen haciendo. Más del 8% del presupuesto de Solidaridad se destina a Chiapas, que sólo tiene un poco más del 3% de la población nacional.

A partir de agosto de 1993 se inició un programa social especial, con recursos adicionales, para la región de la selva y la de Los Altos. Todo este gran esfuerzo abrió esperanzas en el estado, pero no fue suficiente.

Por un lado avanzaban las expectativas de cambio y por el otro persistían rezagos, rigideces y fracturas.

Todos los aspectos anteriores pueden invocarse como causas sociales del conflicto, pero no son suficientes para explicar el movimiento.

Con el rezago social de la zona, confluyó el trabajo de un grupo armado y entrenado, con dirigentes locales y foráneos, y con un claro proyecto político, antagónico al institucional.

Si la sola pobreza provocara levantamientos, otras regiones del país y gran parte de la humanidad que vive en condiciones similares o peores estarían en revuelta permanente. No, la pobreza en sí no explica la violencia armada.

Se trata, y este es un hecho importante, del primer levantamiento armado surgido después del final de la guerra fría.

Antes, cualquier movimiento de esta naturaleza se ubicaba en el contexto del conflicto este-oeste y, frente a los riesgos de una confrontación nuclear bipolar, la respuesta de los países afectados siempre fue la misma: el aniquilamiento a cualquier costo y con la menor difusión posible.

Esos términos de referencia han cambiado. Ya no puede pensarse en un movimiento de esa índole como secuela de la lucha bipolar. Las respuestas pueden entonces ser distintas y acordes con las sensibilidades políticas nacionales.

El levantamiento de Chiapas no careció, sin embargo, de una clara intención internacional. Fue iniciado el día de la puesta en marcha del Tratado de Libre Comercio de América del Norte, cuyo debate había acaparado la atención mundial.

Sucedió tras la celebración del quinto centenario del encuentro entre dos mundos, evento que revaloró el interés por lo indígena en los encontrados sentimientos del Viejo Continente.

Finalmente, se movilizó, escudándose en el nombre más popular y noble de las luchas sociales en México, el del zapatismo.

Con un diseño llamativo y una estrategia de difusión que amplió su resonancia, el grupo armado buscó rápidamente vincularse a medios de comunicación dentro y fuera del país y a movimientos sociales urbanos, en especial en la capital de la República, donde inicialmente tuvo una cierta acogida.

La respuesta del gobierno tenía que ser diferente, diferente a la manera como se habían enfrentado situaciones parecidas en otros países, y también diferente a como se enfrentó en México en el pasado.

Primero, en unos días, el Ejército Mexicano rechazó el ataque a sus instalaciones, disolvió los contingentes ubicados en las cabeceras municipales, forzó el repliegue del grupo armado hacia la selva, estableció un cerco y contuvo la amenaza.

Constitucionalmente, es obligación del gobierno guardar y hacer guardar la paz interna y pública del país.

A partir de este momento, decidimos no optar por la persecución del grupo dentro del territorio de la selva, en busca de su aniquilamiento; eso hubiera dañado la vida misma de las comunidades y hubiera sido incompatible con nuestros valores.

Además, hubiera sido ceder a la provocación del grupo armado que buscaba, con la violencia generalizada, el descrédito de nuestras fuerzas armadas, la repulsa social en el resto del país, el aislamiento internacional de México y un escenario de tensión política que pusiera en riesgo la realización de los comicios federales.

Lo que debemos al Ejército Mexicano por el éxito de la acción militar debe medirse por las vidas mexicanas no perdidas y las opciones políticas que su acción hizo posibles. Mi reconocimiento permanente está con ellos.

Gracias a su efectiva intervención, a sólo diez días de iniciado el conflicto, el gobierno pudo tomar decisiones que, en otras latitudes y frente a conflictos similares, han requerido años para gestarse.

Nosotros, por así decirlo, empezamos por el final. Ordené el cese unilateral del fuego por parte del Ejército Mexicano, designé un Comisionado para la paz y se promovió la amnistía ante el Congreso de la Unión, aprobada por todos los partidos políticos.

Se fortalecieron, además, las acciones sociales inmediatas en la región y se buscó el diálogo político para encontrar una solución negociada al conflicto.

El resultado fue un amplio respaldo social a la iniciativa de paz, que elevó considerablemente el costo político del recurso de la violencia por parte del grupo armado.

En lugar de endurecerse y de reducir el ejercicio de libertades, el gobierno las protegió plenamente. Garantizó los derechos fundamentales de libre expresión y libre tránsito, de reunión, petición y manifestación.

Hicimos nuestro mayor esfuerzo por evitar nuevos episodios violentos en esa zona y por dirimir las diferencias por la vía del diálogo.

Con voluntad de paz y dentro de las instituciones no hay límites para debatir en el foro de las ideas --no con el uso de las armas-- las razones y la dirección del cambio.

Pero la decisión de la mayoría no puede violentarse en aras de una "libertad" que ignora libertades y una "democracia" que menosprecia a los electores.

La democracia no es un lema del que pueda apropiarse un grupo armado; es un proceso nacional que se dirime, y así se ha comprobado, en el marco de la legalidad y de las instituciones.

En cumplimiento de las legítimas demandas sociales planteadas en las negociaciones de San Cristóbal se dio una inversión adicional extraordinaria para aminorar las presiones por la posesión de tierras de cultivo, para establecer servicios y resarcir a los miles de chiapanecos desplazados de los daños que la violencia les causó.

A pesar de lo hecho hasta ahora, más se necesita y por eso el esfuerzo continúa; pero seguirá siendo insuficiente mientras no haya paz en la zona y mientras no se cumpla la ley en el estado.

Sólo condiciones de respeto, tolerancia y legalidad permitirán que en lugar de divisiones, las comunidades violentadas cosechen unidad y armonía para lograr la justicia que demandan y a la que, desde luego, tienen derecho.

Reitero que transformar la confrontación armada de los primeros días de enero en una negociación política desde fines de ese mismo mes no fue una respuesta usual en la historia del continente, pero era la única acorde con los esfuerzos de modernización que hemos realizado los mexicanos.

Requirió de flexibilidad, de prudencia y de atención concentrada. La prioridad era evitar la expansión del conflicto a otras regiones del país, que pudiese impedir la celebración de las elecciones federales.

El conflicto no está resuelto, está acotado. Se mantiene el cese al fuego, se detuvo la violencia, se evitó la pretensión de internacionalizarlo, se realizó el proceso electoral chiapaneco en toda la entidad y se avanza en la solución de los problemas de fondo.

Hago aquí, ante la Representación de la Nación, un nuevo llamado al diálogo, a negociar términos para convertir el conflicto en programa de soluciones, en respeto, civilidad y progreso.

Esto es lo que desean los mexicanos. Hasta el final de mi mandato seguiré empeñado en promover una paz digna para esa zona de Chiapas.

Sexto Informe de Gobierno  
Presidente Carlos Salinas de Gortari  
1o. de noviembre de 1994

Disponível online: (Extracto) <http://www.bibliotecas.tv/chiapas/nov94/01nov94.html>

